



SENADO FEDERAL

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 4

CONSULTOR LEGISLATIVO

MANHÃ

ASSESSORAMENTO LEGISLATIVO

DIREITO CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E AGRÁRIO

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **100 (cem)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova a folha de respostas.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas e o preenchimento da folha destinada ao texto definitivo da redação.
- 3 (três) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida troca do cartão de resposta em caso de **erro** do candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

BLOCO I - CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

1

Leia o fragmento a seguir.

“Estamos na fase preliminar de uma das maiores batalhas da história (...) Que estamos em ação em muitos pontos — na Noruega e na Holanda — (...) que temos que estar preparados no Mediterrâneo. Que a batalha aérea é contínua, e que muitos preparativos têm que ser feitos aqui em casa.

Eu diria à Câmara como disse àqueles que aderiram a este governo: “Não tenho nada a oferecer além de sangue, labuta, lágrimas e suor”. Temos diante de nós uma provação do tipo mais grave. Temos diante de nós muitos, muitos longos meses de luta e de sofrimento.

Você pergunta, qual é a nossa política? Direi: É travar uma guerra, pelo mar, terra e ar, com toda a nossa força e com toda a força que Deus pode nos dar; para travar uma guerra contra uma tirania monstruosa, nunca superada no catálogo sombrio e lamentável do crime humano. Essa é a nossa política. Você pergunta, qual é o nosso objetivo? Eu posso responder em uma palavra: Vitória. Vitória a todo custo — vitória apesar de todo o terror — Vitória, por mais longa e difícil que seja o caminho, pois sem vitória não há sobrevivência.”

CHURCHILL, Winston, pronunciamento na Câmara dos Comuns do Parlamento Britânico, em 13 de maio de 1940.

A seguir aparecem algumas observações sobre o discurso político; entre essas observações, assinale a que se relaciona mais diretamente a esse fragmento do discurso de Churchill, considerando exclusivamente esse segmento e sua situação de produção.

- (A) O discurso apresenta uma tese exposta na primeira frase do texto e, da mesma forma, também tem um argumento que a apoia. Portanto, a afirmação que se pretende comunicar aos destinatários é defendida com fatos reais ou raciocínio plausível.
- (B) A construção de um discurso tem um senso estratégico de ação, isto é, na exposição de sua ideia, existem objetivos definidos, modos ou maneiras claras de alcançá-los e antagonistas ou obstáculos que podem se apresentar como ameaças no campo de jogo.
- (C) Nesse tipo de fala, o receptor está em uma posição em que deve decidir e tomar uma posição em relação a eventos passados, ocorrendo um provável julgamento do desempenho dos líderes.
- (D) O discurso político nesses casos concentra-se em demonstrar que ações precisas e necessárias foram tomadas no desenvolvimento da gestão, abordando meios de subsistência suficientes e, além de convincente, garantindo que a coisa certa foi feita sobre uma questão transcendental e futura.
- (E) É uma ferramenta essencial para os atores políticos, pois é usada por eles para expressar sua maneira de ver certos problemas, vincular os ouvintes aos seus ideais, gerar perguntas sobre o exercício do poder ou criar esperança para quem recebe a mensagem.

2

Leia o fragmento a seguir.

“Fui vencido pela reação e assim deixo o governo. Nestes sete meses cumpri o meu dever. Tenho-o cumprido dia e noite, trabalhando infatigavelmente, sem prevenções, nem rancores. Mas baldaram-se os meus esforços para conduzir esta nação, que pelo caminho de sua verdadeira libertação política e econômica, a única que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça social, a que tem direito o seu generoso povo.

Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou de indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa de colaboração.

Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas, indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio mesmo que não manteria a própria paz pública.

Encerro, assim, com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes, para os operários, para a grande família do Brasil, esta página da minha vida e da vida nacional.”

QUADROS, Jânio. Carta enviada ao Congresso Nacional.
Brasília, 25 de agosto de 1961.

Assinale a opção que indica a marca formal e semântica que melhor define o texto da carta de Jânio Quadros.

- (A) Enumeração de problemas enfrentados pelo presidente no exercício de sua função, justificando a sua decisão de renunciar à Presidência e apresentando os motivos de sua desistência de forma objetiva.
- (B) Relato dos feitos realizados no período do mandato, numa espécie de prestação de contas a seus eleitores.
- (C) Apelo sentimental e patriótico aos eleitores no sentido de que o presidente mostre seu ato como um motivo a mais de valorização pessoal.
- (D) Explicação dada a seus eleitores, demonstrando a impossibilidade de cumprir os ideais partidários com que o presidente se havia comprometido no período eleitoral.
- (E) Tentativa de manipulação da opinião pública contra as estruturas vigentes a fim de incentivar a eleição de novos mandatários comprometidos com o povo brasileiro e seus anseios.

3

Num cenário de formatura colegial, o professor encarregado do discurso de patrono da turma, começou-o da seguinte forma:

“Senhores pais aqui presentes, meus caros ex-alunos: neste meu discurso vou seguir os conselhos de Millôr Fernandes, que recomendava que discursos de formatura e governos de ditadura, quanto mais curtos, melhor!”

Assinale a opção que apresenta a recomendação do especialista Jorge David Cortés Moreno sobre a maneira de introduzir-se um discurso, que foi seguida pelo patrono da turma.

- (A) Enumerar todas as pessoas presentes a fim de que se sintam valorizadas e participem da fala do orador.
- (B) Indicar previamente o conteúdo da fala, tentando despertar a curiosidade dos ouvintes.
- (C) Valorizar o discurso com uma citação culta no sentido de prender a atenção do público.
- (D) Começar por uma frase inesperada dentro da situação de enunciação, fugindo de um lugar-comum.
- (E) Destacar ironicamente um aspecto do discurso, aspecto esse que corrobora as marcas tradicionais do mesmo tipo de texto.

4

O texto publicitário a seguir anuncia um curso sobre o liberalismo.

Falar em nome do liberalismo virou moda, e muitos tentam usurpar o termo para diferentes escolas de pensamento. Venha mergulhar nas ideias dos grandes pensadores da liberdade, desde os clássicos até os contemporâneos.

Conheça a fundo as obras das principais referências do liberalismo e conservadorismo, com quem está há pelo menos 20 anos estudando o tema e que atuou diretamente na disseminação da filosofia liberal, muito antes da polarização atual. Entenda, de uma vez por todas, os conceitos das diferentes vertentes do liberalismo. Pensadores da Liberdade é o manual definitivo para entender os principais argumentos que sustentam o liberalismo.

Por meio da influência desses mestres, o curso oferece uma visão e um entendimento a respeito da liberdade e o que devemos fazer para chegarmos mais perto desse ideal.

O melhor antidoto contra o obscurantismo e a desinformação é o conhecimento. O curso apresenta matéria consistente para que cada pessoa possa construir a própria reflexão sobre os valores de uma sociedade verdadeiramente democrática.

(Adaptado)

Assinale a opção que indica a instrução destinada à produção de um texto como esse, que foi seguida pelo seu autor.

- (A) Fazer pesquisas sobre o tema. Se você deve informar ou persuadir o público, sua credibilidade é essencial. Então, você deve conhecer seu tema de forma exaustiva. Não o focalize sob o seu ponto de vista pessoal e procure todos os argumentos ligados a ele. Você poderá, assim, enfrentar toda pergunta do público e convencê-lo de forma mais eficiente.
- (B) Se seu texto visa a convencer alguém, você pode apresentá-lo sob a forma de problema a resolver. O corpo do texto será composto de duas partes: a primeira destaca as questões de mais interesse e a segunda as desenvolve, apresentando também as soluções, com respostas para cada elemento evocado na primeira parte.
- (C) Encontre uma focalização eficaz. Os primeiros minutos de seu discurso são capitais para despertar o interesse e a atenção do público; você pode, por exemplo, introduzir o texto de forma a destacar um traço marcante do tema ou uma cifra eloquente.
- (D) Organize suas ideias de forma lógica. Um texto é proporcionalmente mais eficaz à medida que é simples no fundo e na forma. Faça seu desenvolvimento em torno de três ou quatro pontos mais importantes, seguindo uma ordem cronológica ou estabelecendo comparações.
- (E) Cuide das ligações entre as partes do texto, fazendo um texto fluido e coerente. Na falta desses elementos de transição, seu texto vai parecer frouxo e desorganizado.

5

O texto descritivo a seguir tem por objeto o famoso quadro de Leonardo Da Vinci, a *Monalisa*.



A mulher pintada é representada no modelo de uma pirâmide, numa geometrização triangular, em que as mãos cruzadas formam a base da pirâmide. O centro do quadro é o peito da mulher e está alinhado com o olho esquerdo e os dedos da mão direita. Seu braço esquerdo está confortavelmente apoiado no braço da cadeira e é cruzado pelo braço direito. A posição dos braços, junto com a da cadeira, transmite uma distância entre ela e o observador. A cabeça é coberta por um véu que simboliza a castidade, frequente nos retratos de uma esposa. Não apresenta joias ou sinais particulares de ostentação ou poder econômico.

A postura da Monalisa indica serenidade e, junto com o olhar de soslaio, mas direto para o espectador, mostra o domínio dos sentimentos, algo que normalmente não era atribuído a uma mulher naquela época. O rosto não tem sobrancelhas.

A expressão da mulher na pintura é enigmática ou ambígua. Isso porque o olhar, o corpo e as mãos são direcionados em ângulos sutilmente diferentes. Na borda esquerda da pintura você pode ver a base de uma coluna, sugerindo que a mulher está sentada em uma galeria. A paisagem ao fundo é pintada com uma perspectiva aérea. O azul esfumado e a perspectiva difusa e pouco nítida dão à composição maior profundidade. A paisagem de fundo apresenta um certo desequilíbrio, pois cria a ilusão de uma paisagem que se divide em duas. No entanto, não há continuidade entre os dois. Parece que não há correspondência em termos de alturas e linhas.

Sobre essa descrição, assinale a afirmativa correta.

- (A) A finalidade da descrição pode ser caracterizada como sentimental, já que o observador mostra sua profunda admiração pela obra.
- (B) O observador, focalizando o quadro como real conhecedor de pintura, destaca técnicas geométricas que construíram a beleza do quadro e, como admirador, indica a composição progressiva da imagem da mulher.
- (C) A descrição tem finalidade estética, ou seja, procura mostrar ao leitor os caminhos de uma real observação estética da pintura, com total conhecimento das estratégias e técnicas do pintor e dos efeitos produzidos.
- (D) O texto mostra nítido valor simbólico, em que abundam os exemplos de linguagem figurada a fim de retratar de forma fiel uma obra tão importante.
- (E) Os detalhes destacados na pintura e no modelo são bastante objetivos, com informações sobre as técnicas pictóricas utilizadas e sobre detalhes intrigantes do quadro, com os esclarecimentos necessários ao seu entendimento.

6

Os textos podem apresentar problemas de entendimento quando mostram mais de uma possibilidade de sentido. Esse tipo de problema pode ser causado por um vocábulo que, no contexto, apresenta mais de um significado (polissemia) e também pode ser provocado por uma estruturação sintática inadequada (ambiguidade).

Assinale a opção que mostra simultaneamente polissemia e ambiguidade.

- (A) Os problemas políticos no Ministério da Educação foram resolvidos pela troca do ministro.
- (B) O presidente e o ministro viajam para a Europa na próxima semana.
- (C) O passageiro enjoado dirigiu-se ao banheiro da aeronave.
- (D) Você chegou a ver a coleira do cachorro que Heitor comprou ontem?
- (E) A exibição dos novos modelos agradou a todos os frequentadores do desfile.

7

Leia o fragmento textual a seguir.

“É com alegria que eu me rendo aos apelos de meus concidadãos e venho saudar, no meio deles, as esperanças de emancipação, de ordem e de paz que vão germinar, misturadas às raízes desta árvore da liberdade. A árvore é um belo e verdadeiro símbolo da liberdade! A liberdade tem raízes no coração do povo, como a árvore no coração da terra; como a árvore, ela desenvolve seus ramos no céu; como a árvore, ela cresce sem cessar e cobre as gerações com sua sombra.”

(Discurso de Victor Hugo em 1848, no ato de plantar uma árvore).

Sobre a estruturação desse pequeno texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O autor do discurso apela, inicialmente, para o patriotismo dos ouvintes a fim de que seu discurso seja bem recebido.
- (B) Todo o discurso se apoia na comparação entre as raízes de uma árvore e as raízes da liberdade.
- (C) O autor, na afirmação de que a liberdade desenvolve seus ramos no céu, quer referir-se à proteção divina dada àqueles que lutam pela liberdade.
- (D) As afirmações comparativas do autor se fundamentam em valores universalmente admitidos, ainda que em linguagem figurada.
- (E) A referência à sombra da árvore, além do papel de proteção, mostra os movimentos ocultos que lutam pela liberdade dos povos.

8

Um orador parlamentar terminou um de seus discursos com a seguinte frase de efeito:

“Quem é feliz não o sente e nunca sabe que o é!”

Sobre a estruturação sintático-semântica dessa frase, assinale a afirmativa correta.

- (A) O termo “Quem é feliz” pode ser substituído no contexto da frase por “O felizardo”.
- (B) O final da frase mostra uma elipse do termo “feliz”.
- (C) A frase pode ser reescrita, com a eliminação das negativas, por “Quem é feliz é insensível e ignora que o é”.
- (D) As duas ocorrências do pronome “o” substituem o adjetivo “feliz”.
- (E) A frase tem como equivalente a construção “Quem é feliz não só não o sente como também nunca sabe que o é”.

9

Um escritor francês aborda, no texto argumentativo a seguir, a influência americana na França atual.

“Eu certamente admiro o povo americano; mas esse povo, por muitos aspectos de seu gênio, me é mais estrangeiro que qualquer outro. Eu nunca visitei os EUA. Mas eles fizeram muito mais do que nos visitar: eles nos transformaram. O ritmo de nossa vida cotidiana segue o modelo deles. Sua música aparece em milhões de discos. Milhares de filmes, sobre todas as telas de Paris e do interior, nos impõem seus modelos: a idolatria da técnica, de todas as técnicas criadas pelo homem, a loucura pela velocidade... “Não se compreende nada da civilização moderna, se não se admite antes que ela é uma conspiração universal contra toda vida interior...” escrevia Georges Bernanos, em 1945. Sim, contra tudo o que tinha valor para as pessoas de minha raça: uma vida recolhida numa mansão antiga onde viveram antes de nós aqueles de quem viemos e que nos amaram.”

Sobre esse texto argumentativo, assinale a afirmativa correta.

- (A) O texto protesta contra um colonialismo de um novo tipo: a influência crescente da cultura americana sobre a Europa, rejeitando-a parcialmente, sobretudo no terreno artístico.
- (B) Os argumentos apresentados para demonstrar a influência americana são dificilmente refutáveis, já que apelam para a evidência cotidiana.
- (C) A presença de termos como “idolatria” e “loucura” mostra, implicitamente, apreço pela cultura dos Estados Unidos, que o autor aparentemente rejeita.
- (D) Um contra-argumento que se poderia opor ao pensamento do autor do texto é o de que a influência americana só atinge os países culturalmente mais débeis.
- (E) A visão do autor do texto é bastante otimista, no sentido de que o mundo futuro será apoiado em brilhante tecnologia e vida exterior intensa, facilitando o enriquecimento mútuo das nações.

10

Leia o fragmento a seguir.

“Estou contente de me reunir hoje com vocês nesta que será conhecida como a maior demonstração pela liberdade na história de nossa nação.

Há dez décadas, um grande americano, sob cuja sombra simbólica nos encontramos hoje, assinou a Proclamação da Emancipação. Esse magnífico decreto surgiu como um grande farol de esperança para milhões de escravos negros que arderam nas chamas da árida injustiça. Ele surgiu como uma aurora de júbilo para pôr fim à longa noite de cativo.

Mas cem anos depois, o negro ainda não é livre. Cem anos depois, a vida do negro ainda está tristemente debilitada pelas algemas da segregação e pelos grilhões da discriminação.

Cem anos depois, o negro vive isolado numa ilha de pobreza em meio a um vasto oceano de prosperidade material. Cem anos depois, o negro ainda vive abandonado nos recantos da sociedade na América, exilado em sua própria terra. Assim, hoje viemos aqui para representar a nossa vergonhosa condição.”

LUTHER KING, Martin. *Eu tenho um sonho*. Washington DC. 28 de agosto de 1963.

Assinale a opção que apresenta a afirmação adequada ao fragmento acima.

- (A) Os discursos políticos, como esse, abordam questões ideológicas relacionadas ao contexto em que estão se desenvolvendo.
- (B) O fragmento apresenta uma tese, apoiada em argumentos que citam fatos reais, retirados do cotidiano da população negra dos EUA.
- (C) O trecho inicial do discurso de Martin Luther King tem como objetivo de persuasão o adversário político das ideias defendidas.
- (D) Como a maioria dos discursos políticos, esse também se apoia numa linguagem bastante objetiva, como meio mais fácil de convencimento.
- (E) Nesse fragmento, o enunciador está em uma posição em que deve decidir e tomar uma posição em relação a eventos passados, mostrando sua responsabilidade de governante.

Raciocínio Lógico Matemático

11

Três candidatos disputam uma vaga para o Senado Federal. Segundo pesquisas eleitorais, o candidato A abriu uma vantagem de 10 pontos percentuais em relação ao candidato B, o segundo colocado. O candidato C, terceiro colocado, aparece com 8% das preferências do eleitorado.

Há pressões para que C desista da disputa. Caso isso ocorra, 42% de seus eleitores migrariam para a candidatura A, ao passo que 27% optariam por B, segundo as mesmas pesquisas.

Nesse cenário de apenas dois candidatos, a nova diferença percentual entre os candidatos A e B será de

- (A) 15,6%.
- (B) 14,3%.
- (C) 13,8%.
- (D) 12,5%.
- (E) 11,2%.

12

Um reservatório tem o formato de um cone reto. Ele está invertido, com o vértice para baixo e a base para cima. Um líquido é despejado no reservatório a uma vazão constante. Após uma hora, o líquido atinge uma altura igual à metade da altura do reservatório.

O número de horas adicionais necessárias para encher todo o reservatório é igual a

- (A) 1.
- (B) 3.
- (C) 5.
- (D) 7.
- (E) 8.

13

Uma empresa constrói ferrovias usando 3 tipos de peças de encaixe, de 110, 210 e 310 metros de comprimento. Ela pretende construir um trecho com exatamente 1,5 quilômetros de extensão, usando ao menos uma peça de cada um dos 3 tipos.

O número total de peças que ela deve usar para montar o trecho da ferrovia é igual a

- (A) 8.
- (B) 9.
- (C) 10.
- (D) 11.
- (E) 12.

14

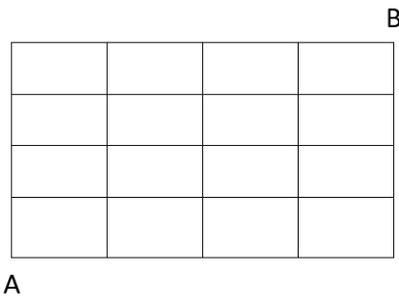
Uma urna contém três bolas brancas. Uma segunda urna contém uma bola branca e duas pretas. Retira-se uma bola ao acaso de uma das urnas e verifica-se que ela é branca, desconhecendo-se qual urna foi escolhida. A seguir, retira-se uma segunda bola, ainda se desconhecendo de qual urna se trata, e verifica-se que ela também é branca.

A probabilidade de que uma terceira bola retirada de uma das urnas seja preta é igual a

- (A) 1/2.
- (B) 1/3.
- (C) 1/4.
- (D) 3/4.
- (E) 2/3.

15

Luciana deseja ir do vértice A ao vértice B da malha abaixo.



Ela pode caminhar em linha reta, indo de baixo para cima ou da esquerda para a direita, ao longo das linhas da malha.

O número de modos diferentes de Luciana realizar o seu trajeto é igual a

- (A) 32.
- (B) 56.
- (C) 64.
- (D) 70.
- (E) 84.

16

A *negativa* da frase

“Se fizer sol amanhã, eu vou à praia.”

é

- (A) Se fizer sol amanhã, eu vou ficar em casa.
- (B) Amanhã fará sol, mas eu não vou à praia.
- (C) Se fizer sol amanhã, eu não vou à praia.
- (D) Se não fizer sol amanhã, eu não vou à praia.
- (E) Amanhã não fará sol e eu vou à praia.

17

Paulo termina seus estudos na faculdade às 16h. Nessa mesma hora, Dora sai de casa para buscá-lo de carro. Ela demora 1 hora para ir até a faculdade e 1 hora para voltar da faculdade à casa, andando sempre à mesma velocidade.

Certo dia, ao final das aulas, Paulo resolveu alugar uma bicicleta e tomar o caminho de casa, para ganhar tempo. Com isso, ele se encontrou com Dora após 35 minutos e os dois voltaram para casa de carro.

Paulo e Dora chegaram em casa no seguinte horário:

- (A) 17h.
- (B) 17h05min.
- (C) 17h10min.
- (D) 17h15min.
- (E) 17h20min.

Língua Inglesa

Read text I and answer the six questions that follow it.

Text I

The New Rules of Data Privacy

The data harvested from our personal devices, along with our trail of electronic transactions and data from other sources, now provides the foundation for some of the world's largest companies. [...] For the past two decades, the commercial use of personal data has grown in wild-west fashion. But now, because of consumer mistrust, government actions, and competition for customers, those days are quickly coming to an end.

For most of its existence, the data economy was structured around a “digital curtain” designed to obscure the industry's practices from lawmakers and the public. Data was considered company property and a proprietary secret, even though the data originated from customers' private behavior. That curtain has since been lifted and a convergence of consumer, government, and market forces are now giving users more control over the data they generate. Instead of serving as a resource that can be freely harvested, countries in every region of the world have begun to treat personal data as an asset owned by individuals and held in trust by firms.

This will be a far better organizing principle for the data economy. Giving individuals more control has the potential to curtail the sector's worst excesses while generating a new wave of customer-driven innovation, as customers begin to express what sort of personalization and opportunity they want their data to enable. And while Adtech firms in particular will be hardest hit, any firm with substantial troves of customer data will have to make sweeping changes to its practices, particularly large firms such as financial institutions, healthcare firms, utilities, and major manufacturers and retailers.

Leading firms are already adapting to the new reality as it unfolds. The key to this transition — based upon our research on data and trust, and our experience working on this issue with a wide variety of firms— is for companies to reorganize their data operations around the new fundamental rules of consent, insight, and flow.

[...]

Federal lawmakers are moving to curtail the power of big tech. Meanwhile, in 2021 state legislatures proposed or passed at least 27 online privacy bills regulating data markets and protecting personal digital rights. Lawmakers from California to China are implementing legislation that mirrors Europe's GDPR, while the EU itself has turned its attention to regulating the use of AI. Where once companies were always ahead of regulators, now they struggle to keep up with compliance requirements across multiple jurisdictions.

Adapted from: <https://hbr.org/2022/02/the-new-rules-of-data-privacy>
February 25, 2022 – Retrieved September 6, 2022

18

Based on Text I, mark the statements below as true (T) or false (F).

- () Advertising firms will be majorly affected by changes in data privacy rules.
- () Formerly, control over personal data for commercial purposes followed tight guidelines.
- () Legislators have currently been lax on users' assent of their data.

The statements are, respectively,

- (A) T – F – F.
- (B) F – F – T.
- (C) F – T – T.
- (D) F – T – F.
- (E) T – F – T.

19

The word “troves” in “troves of customer data” (3rd paragraph) refers to a(n):

- (A) sensible batch.
- (B) classified input.
- (C) controlled bunch.
- (D) sensitive network.
- (E) valuable collection.

20

According to the 2nd paragraph, in relation to the industry's practices, the function of the “digital curtain” was to

- (A) spur them.
- (B) forbid them.
- (C) endure them.
- (D) conceal them.
- (E) sponsor them.

21

In “Federal lawmakers are moving to curtail the power of big tech” (5th paragraph), it is implied that, in relation to the power of big tech, federal lawmakers aim at

- (A) spreading it out.
- (B) cutting it down.
- (C) taking it away.
- (D) crossing it off.
- (E) tangling it up.

22

“As” in “Leading firms are already adapting to the new reality as it unfolds” (4th paragraph) signals a

- (A) contrast.
- (B) condition.
- (C) conclusion.
- (D) comparison.
- (E) concomitance.

23

In the extract “now they struggle” (5th paragraph), the pronoun refers to

- (A) requirements.
- (B) legislatures.
- (C) lawmakers.
- (D) companies.
- (E) regulators.

Read Text II and answer the two questions that follow it.

Text II



“Another memo from our Legal department. Cursors have too many sharp edges and must be removed from all of our computers.”

From: https://www.glasbergen.com/ngg_tag/legal-department/

24

The gist of this cartoon depends on the reader

- (A) sighting the arrow.
- (B) mastering the rules.
- (C) understanding the pun.
- (D) handling the hardware.
- (E) noticing the straight faces.

25

The character's speech reveals that the legal department has

- (A) praised the quality of the software.
- (B) sent at least one memorandum before.
- (C) scoffed at the scope of current cursors.
- (D) been demanding highly skilled employees.
- (E) considered computers a shrewd investment.

Processo Legislativo Constitucional

26

No início da legislatura, seriam definidos os integrantes de determinada Comissão permanente do Senado Federal. Os senadores filiados aos Partidos Políticos *Alfa*, *Beta* e *Gama*, em total de 9 (nove), atuavam sob uma liderança comum no âmbito dessa Casa Legislativa, o que fez que os líderes dos referidos partidos perdessem suas atribuições e prerrogativas regimentais. Com isso, ao ver dos senadores, aumentavam suas chances de participar da referida Comissão.

Considerando os termos dessa narrativa e à luz da sistemática constitucional vigente, é correto afirmar que

- (A) todos os partidos políticos têm o direito assegurado de participar da referida Comissão.
- (B) todos os senadores, independente da reunião descrita no enunciado da questão, têm o direito subjetivo de participar da referida comissão.
- (C) deve ser assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional, na referida Comissão, dos partidos políticos e dos partidos reunidos sob uma liderança comum, como descrito no enunciado.
- (D) deve ser sempre assegurada a representação proporcional dos partidos políticos na referida Comissão, mas não a participação de partidos reunidos sob uma liderança comum, como descrito no enunciado.
- (E) deve ser assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos políticos na referida Comissão, mas não a participação de partidos reunidos sob uma liderança comum, como descrito no enunciado.

27

O parlamentar federal XX estava muito sensibilizado com a reivindicação de reajuste remuneratório insistentemente apresentada por diversas associações de servidores públicos federais. Por essa razão, solicitou que sua assessoria jurídica elaborasse o respectivo projeto de lei, o qual tinha convicção que seria aprovado, sequencialmente, por cada Casa do Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República.

Caso fosse promulgada uma lei resultante do processo legislativo descrito na narrativa, seria correto afirmar que ela

- (A) não apresentaria qualquer vício, tendo total higidez jurídica perante a ordem constitucional.
- (B) apresentaria apenas vício de iniciativa, que seria suprido pela sanção do Presidente da República.
- (C) apresentaria apenas vício procedimental, em relação à sanção do Presidente da República.
- (D) apresentaria apenas vício de iniciativa, que não seria suprido pela sanção do Presidente da República.
- (E) não apresentaria qualquer vício, desde que o projeto tenha sido aprovado pela maioria de três quintos de cada Casa.

28

Com base em alentado anteprojeto elaborado por uma comissão de notáveis, o Presidente da República apresentou projeto de lei veiculando um “Código Empresarial”, que foi muito elogiado em razão de sua elevada sistematização, além de aumentar a confiabilidade dos empresários, principalmente estrangeiros, na legislação brasileira.

O Chefe do Poder Executivo, sensível a essa constatação e com o objetivo de superar alguns problemas enfrentados pela República Federativa do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio, solicitou que o referido projeto tramitasse em regime de urgência, a começar pela Casa Legislativa iniciadora.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a Casa Legislativa iniciadora será

- (A) o Senado Federal, sendo que a aprovação, ou não, do regime de urgência, dependerá de deliberação do plenário da Casa Legislativa.
- (B) a Câmara dos Deputados, sendo que os prazos afetos ao regime de urgência não são aplicados na situação descrita na narrativa.
- (C) o Senado Federal, sendo que a aprovação, ou não, do regime de urgência, dependerá de deliberação da mesa diretora da Casa Legislativa.
- (D) a Câmara dos Deputados, não havendo margem de liberdade para a Casa Legislativa aprovar, ou não, o regime de urgência solicitado pelo Presidente da República.
- (E) a Câmara dos Deputados, não havendo margem de liberdade para a Casa Legislativa aprovar, ou não, o regime de urgência solicitado pelo Presidente da República.

29

João e Maria travaram intenso debate a respeito do processo para aprovação da emenda constitucional, mais especificamente a respeito de sua distinção em relação à revisão constitucional. Ao final, concluíram que

- I. enquanto a emenda constitucional pode ser promulgada a qualquer momento, a revisão constitucional somente pode ser realizada a cada cinco anos;
- II. o processo legislativo da revisão constitucional é mais qualificado que o da emenda constitucional, exigindo um quórum de aprovação maior;
- III. os limites a serem observados para a aprovação da emenda constitucional não se identificam com os da revisão constitucional.

Em relação às conclusões de João e Maria

- (A) apenas a conclusão I está correta.
- (B) apenas a conclusão II está correta.
- (C) apenas a conclusão III está correta.
- (D) apenas as conclusões I e III estão corretas.
- (E) todas estão corretas.

30

O Presidente da autarquia federal *Alfa* foi informado pelo órgão de controle interno que era chegado o momento de apresentar suas contas de gestão ao Tribunal de Contas da União.

Ao se informar sobre o procedimento a ser seguido na apreciação de suas contas, foi-lhe corretamente informado que o Tribunal de Contas

- (A) julgaria suas contas, sendo cabível a interposição de recurso para o Congresso Nacional.
- (B) se limitaria a apresentar parecer prévio sobre suas contas, o qual seriam livremente apreciadas pelo Congresso Nacional.
- (C) julgaria suas contas, podendo decorrer da decisão, entre outras consequências, a aplicação de multa e a imputação de débito.
- (D) se limitaria a apresentar parecer prévio sobre suas contas, o qual somente deixaria de prevalecer pelo voto de dois terços dos membros do Congresso Nacional.
- (E) julgaria suas contas, estando autorizado a realizar a imputação de débito, não a aplicar multa, não sendo cabível a interposição de recurso para o Congresso Nacional.

BLOCO II - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Ciência Política

31

A respeito dos conceitos de governabilidade e governança em um contexto democrático, relacione corretamente essas categorias a seus respectivos atributos.

1. Governabilidade
 2. Governança
- () Refere-se às condições substantivas e materiais de exercício do poder e de legitimidade do Estado e do seu governo, decorrentes de sua postura diante da sociedade civil e do mercado.
 - () Entende-se como a formulação e implementação das políticas de um governo para a consecução das metas coletivas que compõem o seu programa, legitimado pelas urnas.
 - () Concebe-se como a autoridade política do Estado em si, sua capacidade para agregar os múltiplos interesses dispersos pela sociedade e apresentar-lhes um objetivo comum para os curto, médio e longo prazos.
 - () Apoia-se nos agentes públicos ou servidores do Estado que possibilitam a formulação e implementação das políticas públicas e representam o Estado diante da sociedade civil e do mercado.

Assinale a opção que estabelece a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1, 2, 2 e 1.
- (B) 2, 1, 1 e 2.
- (C) 1, 1, 2 e 1.
- (D) 1, 2, 1 e 2.
- (E) 2, 2, 1 e 1.

32

A formulação do conceito de Estado moderno remonta ao século XVI, quando a crise dos grandes poderes universais e dos poderes senhoriais feudais abriu o espaço para a formação de monarquias centralizadas dinástico-territoriais, em conflito pela hegemonia da Europa.

Na França, em um contexto de guerras interestatais e civis religiosas, o jurista Jean Bodin desenvolveu uma das primeiras teorias sobre o poder soberano como principal agente da racionalização política:

Aquele que é soberano não deve estar sujeito ao comando de outrem em modo algum, e deve poder dar a lei aos seus súditos e apagar ou anular as palavras inúteis nela substituindo-as por outras, o que não pode ser feito por quem está sujeito às leis ou a pessoas que exercitem o poder sobre ele. Por isso, a lei afirma que o príncipe não está sujeito à autoridade das leis, e em latim a palavra lei significa o comando de quem tem o poder soberano. Assim como o papa, segundo os canonistas, nunca pode atar as próprias mãos, também não as pode atar o príncipe soberano, mesmo que o quisesse. Por isso, no fim dos editos e das ordenanças vemos as palavras “pois tal é o nosso prazer”, para que esteja claro que as leis do príncipe soberano, mesmo que fundadas em motivos válidos e concretos, dependem apenas de sua pura e livre vontade. Quanto, porém, às leis naturais e divinas, todos os príncipes da terra estão sujeitos a elas, nem possuem poder para transgredi-las, se não quiserem serem culpados de lesa majestade divina, pondo-se em guerra contra aquele Deus a cuja majestade todos os príncipes da terra devem se submeter, com absoluto temor e reverência.

Adaptado de J. Bodin, *I sei libri dello Stato*. Torino: Utet, 1964, livro I, cap. VIII, p. 358-362.

Com base no trecho e em seus conhecimentos, assinale a afirmativa que caracteriza corretamente o conceito moderno de estado e de soberania em Bodin.

- (A) Exercer a soberania absoluta, fazendo uso integral dos poderes da soberania, significa poder modificar o direito ordinário, consuetudinário e as leis fundamentais do Reino.
- (B) Para que o poder seja absoluto, deve se sobrepor a todos os demais poderes, por isso ele se manifesta na prerrogativa de não se submeter à autoridade das leis.
- (C) O poder absoluto consiste na faculdade de derrogar as leis civis, no caráter juridicamente incondicionado da soberania e em sua limitação pelo direito divino e natural.
- (D) O Estado moderno é caracterizado por uma entidade soberana, o Estado, que exerce o poder coercitivo sobre um território e possui o monopólio do uso legítimo da força.
- (E) A soberania moderna baseia-se na divisibilidade de poderes exercidos por um Estado sobre uma comunidade política, submetida aos poderes soberano, divino e natural.

33

Democracia e partidos: quatro princípios teóricos.

Na segunda metade do século XX, a ciência política analisou os efeitos da combinação entre instituições de governo e estruturas políticas sobre o desempenho democrático. Os estudos de Duverger (1957) sobre a democracia bipartidária; a tese de Linz (1990) sobre as vantagens do parlamentarismo; as hipóteses de Mainwaring (1993) sobre a instabilidade do presidencialismo, entre outros, permitiram estabelecer os princípios que consideram o desempenho democrático de instituições e estruturas políticas:

- 1º. A democracia em sistema parlamentarista ou presidencialista é estável quando combinada com o bipartidarismo;
- 2º. A democracia em sistema parlamentarista é estável quando combinada com o multipartidarismo;
- 3º. A democracia em sistema semipresidencialista é estável qualquer que seja o sistema de partidos com o qual esteja combinada;
- 4º. A democracia em sistema presidencialista é instável quando combinada com o multipartidarismo.

Adaptado de CHASQUETTI, D. Democracia, multipartidismo y coaliciones en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

Com base no exposto, é correto afirmar que

- (A) o primeiro princípio é exemplificado pelos casos da Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Estados Unidos, Costa Rica, Colômbia, Venezuela (até 1993) e Uruguai (até 1971).
- (B) o segundo princípio é verificado em muitas democracias parlamentares europeias, como as da Grã-Bretanha, Alemanha, Holanda, Itália, Noruega, Suécia, Grécia e Turquia.
- (C) o terceiro princípio, relativo ao semipresidencialismo, tem correspondência empírica nos casos da Quinta República Francesa, da Bélgica e da Finlândia.
- (D) o quarto princípio é exemplificado pelo êxito das democracias que combinam presidencialismo e multipartidarismo como no Brasil, Equador, Jamaica e Chile.
- (E) a instabilidade indicada no quarto princípio se baseia na natureza colegiada do Executivo e na ausência do mecanismo do voto de desconfiança para a autonomia do Legislativo.

34

As atribuições a seguir exemplificam corretamente a força política do Senado brasileiro e das principais câmaras altas nos sistemas políticos bicamerais ocidentais vigentes, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Participar da aprovação de alterações na Constituição.
- (B) Aprovar o endividamento externo de estados e municípios.
- (C) Autorizar o decreto de estado de guerra, de emergência ou de lei marcial ad referendum da câmara baixa.
- (D) Aprovar a escolha de autoridades na área econômica, tais como presidente e diretores do Banco Central.
- (E) Participar da destituição legal de ocupante do cargo de presidente, primeiro-ministro ou ministros de Estado.

35

No Brasil, o debate sobre o pacto federativo é recorrente em momentos de crise econômica e de governabilidade, estando associado ao desequilíbrio estrutural entre a descentralização de recursos, estabelecida pela Constituição de 1988, e a correspondente indefinição da redistribuição das responsabilidades sobre os serviços. Esse cenário teria se agravado nas últimas décadas, com o aumento das obrigações estaduais e municipais em relação a áreas como saúde, segurança e educação, por exemplo, sem o devido crescimento de arrecadação destinada a essas entidades federativas.

Adaptado de <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/pacto-federativo>.

Sobre os conflitos de ordem fiscal, institucional e política associados ao pacto federativo vigente, analise as afirmativas a seguir.

- I. As reivindicações de governadores e prefeitos para revisão das dívidas destes com a União, e para receber compensações tributárias decorrentes de desonerações promovidas pela União em relação às exportações e aos produtos da cesta básica, entre outros, exemplificam como a concentração de competências tributárias e de recursos financeiros na União afeta criticamente o pacto federativo.
- II. As disputas sobre o orçamento público autorizativo ou impositivo, o peso das despesas com empregados celetistas e estatutários - e seus custos previdenciários - para estados-membros e municípios, e a revisão das regras dos Fundos Federais de Participação de estados e municípios, entre outros, exemplificam como o desequilíbrio institucional entre a União e os entes federados contribui para a crise do pacto federativo.
- III. A exacerbação do multipartidarismo, a inexistência de fidelidade partidária e a dificuldade de o Executivo garantir uma maioria legislativa induzem à formação de coalizões, mediante alianças políticas, mas também por práticas de clientelismo, nepotismo e *rent-seeking*, o que exemplifica como o presidencialismo de coalização pode fomentar um quadro de corrupção e ineficiência na alocação de recursos públicos, sendo um elemento de instabilidade para o pacto federativo.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

36

A respeito dos sistemas de votação majoritário, proporcional, distrital e distrital misto, assinale a afirmativa correta.

- (A) Nas eleições majoritária e distrital mista, os eleitores têm dois votos: um para candidatos no distrito e outro para as legendas partidárias.
- (B) Na eleição proporcional, a representação política é distribuída entre partidos políticos ou coligações, considerando a votação do candidato e de seu partido ou coligação.
- (C) Nos Estados Unidos, França e Itália aplicam-se diversos tipos de voto distrital e no Brasil ele foi adotado na experiência parlamentarista da década de 1960.
- (D) Nas eleições proporcionais, leva-se em consideração o quociente partidário, isto é, a soma do número de votos válidos, dividida pelo número de cadeiras em disputa.
- (E) No Brasil, o voto proporcional é usado para a eleição de vereadores, deputados estaduais, federais e distritais, apenas com base nos votos atribuídos ao partido político.

37

Os critérios de eficiência, eficácia e efetividade podem ser usados para avaliar os impactos da aplicação de uma legislação. Nesse caso, a avaliação legislativa examina se a legislação é efetiva, vale dizer, se o comportamento adotado pelos destinatários da norma está de acordo com o esperado; eficaz, vale dizer, se o texto legal está formulado para que os objetivos sejam alcançados; e eficiente, isto é, se os benefícios oriundos da lei compensam os custos impostos por ela, além de serem os menores possíveis.

Adaptado de Avaliação de impacto legislativo: cenários e perspectivas para sua aplicação. Brasília: Senado Federal, CET, 2017.

Com base no exposto, considere uma lei que torne obrigatório o uso de capacete especial para condutores e passageiros de motocicletas, visando a reduzir as mortes por traumatismo craniano nos acidentes com choque de veículos. Em seguida, avalie se as afirmativas a seguir são (V) verdadeiras ou (F) falsas.

- () Se for constatado que as pessoas passaram a utilizar o capacete em função da nova lei, esta pode ser considerada efetiva.
- () Se os óbitos em virtude de traumatismo craniano decorrentes de incidentes com motocicletas persistirem, a nova lei deve ser considerada ineficaz.
- () Se a obrigatoriedade do uso do capacete levou os motociclistas a serem menos cautelosos no trânsito, gerando mais acidentes, a eficiência e a efetividade da lei são baixas.

Assinale a opção que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- (A) V, V e F.
 (B) V, F e V.
 (C) F, F e V.
 (D) V, F e F.
 (E) V, V e V.

Avaliação de Políticas Públicas

38

Considerada uma área do conhecimento contida na Ciência Política, as políticas públicas foram adquirindo autonomia e status científico a partir de meados do século XX na Europa e Estados Unidos.

Com relação às diferentes conceituações de políticas públicas, analise os itens a seguir:

- I. Em 1936, Lasswell publica o livro “Política: quem ganha o quê, quando e como”, título considerado uma das definições de políticas públicas.
- II. O conceito de políticas públicas inclui tanto temas do governo como do Estado.
- III. As políticas públicas são o resultado da atividade política, requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar os objetivos desejados e, por isso, envolvem mais de uma decisão política.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
 (B) I e II, apenas.
 (C) I e III, apenas.
 (D) II e III, apenas.
 (E) I, apenas.

39

A avaliação de políticas públicas tem como objeto de estudo as decisões políticas e os programas de ação dos governos.

Com relação às teorias e modelos de análise contemporâneos de políticas públicas, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () No modelo de coligações de causa ou de interesse (*Advocacy Coalition Framework - ACF*), se analisa de que forma as questões são reconhecidas e os motivos que as levam a compor a agenda do governo.
- () No modelo sequencial, as políticas públicas são tomadas como resultado de um processo que se desenvolve em etapas, em um ciclo político que se repete.
- () No modelo do equilíbrio interrompido, o foco está voltado para a mudança de imagem da política pública.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, V e F.
 (B) F, V e V.
 (C) V, F e F.
 (D) V, V e F.
 (E) V, F e V.

40

A agenda em políticas públicas é o conjunto de problemas públicos relevantes que podem se tornar um programa específico de governo. A relativa falta de clareza da agenda de políticas públicas é resultado da coexistência de várias agendas que nem sempre coincidem.

Relacione os tipos de agenda com suas respectivas definições:

1. Agenda da sociedade
 2. Agenda do governo
 3. Agenda de decisão
- () problemas de curto e médio prazo que podem afetar não só o governo, mas também os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- () questões que preocupam permanentemente diversos atores políticos e sociais.
- () problemas que um governo específico escolheu tratar, consoante a ideologia partidária e os projetos políticos.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1, 3 e 2.
 (B) 1, 2 e 3.
 (C) 2, 1 e 3.
 (D) 3, 1 e 2.
 (E) 3, 2 e 1.

41

A avaliação de uma política pública compreende a definição de critérios, indicadores e padrões (*performance standards*). Os critérios são mecanismos lógicos que servem como base para escolhas ou julgamentos. Os critérios se fundamentam em entendimentos valorativos da realidade e abastecem o avaliador de parâmetros para julgar se uma política pública funcionou bem ou mal.

Com relação aos critérios usados para avaliações de políticas públicas, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () Economicidade refere-se ao nível de recursos utilizados (*inputs*).
- () Eficiência administrativa trata da relação entre produtividade (*outputs*) e recursos utilizados (*inputs*).
- () Efetividade corresponde aos resultados sociais (*outcomes*) com a redução do problema e a geração de valor para a população.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, V e F.
 (B) F, V e V.
 (C) V, F e F.
 (D) V, V e F.
 (E) V, F e V.

42

A avaliação *ex ante* é um trabalho de investigação das possíveis consequências de cada alternativa com objetivo de trazer informações que ajudem o processo decisório de política pública. Existem duas tradições de avaliação *ex ante*: a análise racionalista e a análise argumentativa.

Sobre a avaliação *ex ante*, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () A análise racionalista privilegia a investigação de evidências quanto aos custos e benefícios de maneira estruturada.
- () A análise argumentativa utiliza prevalentemente projeções e predições.
- () A análise racionalista usa método de conjecturas para a avaliação *ex ante* de alternativa de política pública.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, V e F.
 (B) F, V e V.
 (C) V, F e F.
 (D) V, V e F.
 (E) V, F e V.

43

Na literatura das ciências políticas, os atores são aqueles indivíduos, grupos ou organizações que desempenham um papel na arena política.

Relacione os tipos de atores com suas respectivas características:

1. Políticos
 2. Designados politicamente
 3. Burocratas
 4. Grupos de Interesse
- () Podem ser considerados uma patologia do sistema democrático, pois conseguem desvirtuar, a seu favor, as decisões sobre políticas públicas.
- () Sua discricionariedade pode ser considerada necessária para aumentar a eficácia da ação pública.
- () Podem ser considerados uma fonte valiosa de poder para que a administração pública seja sensível às mudanças nas preferências do eleitorado.
- () São vistos como representantes legítimos de interesses com acesso privilegiado às esferas de poder estatal.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1, 3, 2 e 4.
 (B) 1, 4, 2 e 3.
 (C) 4, 2, 3 e 1.
 (D) 2, 4, 3 e 1.
 (E) 4, 3, 2 e 1.

44

O papel do Poder Legislativo na produção e na avaliação de políticas públicas é sancionar e promulgar as normas estabelecidas pela autoridade pública. A função legislativa pode ser um meio eficiente para realizar mudanças sociais de forma pacífica, de acordo com o direito, por meio da revisão, da modificação e da sanção de leis.

Entre os formatos que uma política pública pode assumir, o Poder Legislativo desenvolve, por meio do orçamento público, políticas públicas

- (A) distributivas.
- (B) redistributivas.
- (C) regulatórias.
- (D) constitutivas.
- (E) sequenciais.

Direito Administrativo

45

João, servidor público, acaba de assumir a chefia de determinado órgão público federal e, como sua primeira providência, solicitou ao Consultor Legislativo Márcio parecer sobre transparência ativa. Com base na lei de acesso à informação (Lei nº 12.527/2011), Márcio consignou que é dever daquele órgão público promover a divulgação, em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por ele produzidas ou custodiadas

- (A) independentemente de requerimentos, que podem ser substituídos pela realização de audiências ou consultas públicas e incentivo à participação popular, em substituição à divulgação em sítio oficial da rede mundial de computadores (internet).
- (B) mediante provocação do interessado, sendo facultativa a divulgação em sítio oficial da rede mundial de computadores (internet).
- (C) mediante provocação de qualquer cidadão, sendo facultativa a divulgação em sítio oficial da rede mundial de computadores (internet).
- (D) mediante provocação de qualquer associação ou partido político, sendo facultativa a divulgação em sítio oficial da rede mundial de computadores (internet).
- (E) independentemente de requerimentos, sendo obrigatória a divulgação em sítio oficial da rede mundial de computadores (internet).

46

Cláudia é servidora pública federal ocupante do mesmo cargo efetivo há dez anos e deseja afastar-se do serviço para participar, como aluna, em programa de pós-graduação *stricto sensu* consistente em mestrado em Direito Constitucional e Processo Legislativo em instituição de ensino superior no país, a fim de melhor se qualificar para o exercício de suas funções públicas. No entanto, diante da intensa carga horária do curso e dos horários oferecidos para as disciplinas obrigatórias, Cláudia verificou não ser possível que sua participação ocorra simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

De acordo com o regime jurídico da Lei nº 8.112/1990, preenchidos os requisitos legais, Cláudia

- (A) pode, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração.
- (B) tem direito subjetivo à participação em programa de pós-graduação *stricto sensu*, sem a respectiva remuneração.
- (C) pode, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, sem a respectiva remuneração.
- (D) tem direito subjetivo à participação em programa de pós-graduação *stricto sensu*, sem a respectiva remuneração, desde que não tenha se afastado por licença para tratar de assuntos particulares nos cinco anos anteriores à data do requerimento de afastamento.
- (E) tem direito subjetivo à participação em programa de pós-graduação *stricto sensu*, com a respectiva remuneração, mas terá que permanecer no exercício de suas funções, após seu retorno, por um período mínimo igual ao dobro do afastamento concedido, sob pena de ressarcir os gastos do erário com seu aperfeiçoamento.

47

O Presidente do Senado Federal, por estar sobrecarregado de trabalho, pretende delegar sua competência para editar ato normativo referente a determinada questão de pessoal ao servidor público Moacir, Diretor do Departamento de Recursos Humanos, que é especializado em gestão de pessoal no serviço público.

No caso em tela, de acordo com a Lei nº 9.784/1999, a pretensão de delegação é

- (A) viável, desde que seja comprovada a qualificação técnica do servidor, no bojo de processo administrativo.
- (B) viável, desde que a delegação seja aprovada pela maioria dos Senadores da República.
- (C) inviável, pois a competência administrativa é, em regra, indelegável, irrenunciável e prorrogável.
- (D) inviável, por vedação legal de delegação para a matéria indicada.
- (E) inviável, por vedação legal de delegação de qualquer matéria para servidor público, mas seria possível delegação para outro parlamentar.

48

O Senado Federal pretende realizar contratação que tem por objeto aquisição de peças de origem nacional necessárias à manutenção de equipamentos a serem adquiridas do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, sendo certo que essa condição de exclusividade é indispensável para a vigência da garantia.

No caso em tela, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a contratação pretendida

- (A) deve ser precedida de necessário procedimento licitatório, haja vista a origem nacional das peças a serem adquiridas.
- (B) pode ser objeto de dispensa de licitação, diante de expressa previsão legal.
- (C) pode ser objeto de inexigibilidade de licitação, diante de expressa previsão legal.
- (D) deve ser precedida de necessário procedimento licitatório, cuja modalidade é definida em razão do valor estimado da contratação.
- (E) deve ser precedida de necessário procedimento licitatório, cuja modalidade é definida em razão da natureza da contratação.

49

Maria, ocupante do cargo efetivo de Consultor Legislativo do Senado Federal, no exercício da função, na condução de determinado processo administrativo que tratava de questão meramente patrimonial, praticou ato ilícito que causou danos materiais a Carla, administrada que figurava como parte no mencionado processo.

Inconformada, Carla ajuizou ação indenizatória em face

- (A) do Poder Legislativo Federal, com base em sua responsabilidade civil subjetiva, que independe da comprovação do dolo ou culpa de Maria, que está sujeita à ação regressiva, caso presente o elemento subjetivo em sua conduta.
- (B) do Senado Federal, com base em sua responsabilidade civil objetiva, que independe da comprovação do dolo ou culpa de Maria, que está sujeita à ação regressiva, em razão de sua responsabilidade civil subjetiva.
- (C) do Senado Federal, com base em sua responsabilidade civil subjetiva, que depende da comprovação do dolo ou culpa de Maria, que está sujeita à ação regressiva, caso presente o elemento subjetivo em sua conduta.
- (D) da União, com base em sua responsabilidade civil objetiva, que independe da comprovação do dolo ou culpa de Maria, que, em caso de condenação da União, está sujeita à ação regressiva, diante de sua responsabilidade civil subjetiva.
- (E) da União, com base em sua responsabilidade civil objetiva, e Maria, em caso de condenação da União, está sujeita à ação regressiva para ressarcimento ao erário, independentemente de ter agido com dolo ou culpa.

50

O Ministério Público Federal ajuizou ação de improbidade administrativa em face de João, ocupante do cargo efetivo de Consultor Legislativo do Senado Federal, imputando-lhe a prática de conduta ímproba comissiva dolosa que atentou contra os princípios da administração pública, por violação dos deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade. De acordo com a acusação, o servidor João, de forma livre e consciente, no mês de agosto de 2022, revelou fato de que tinha ciência em razão das atribuições e que devia permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada.

No caso narrado, de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (com redação dada pela Lei nº 14.230/21),

- (A) o servidor João praticou ato de improbidade administrativa e ainda teria praticado o ato ímprobo, mesmo que sua conduta tivesse sido omissiva ou culposa, diante da inequívoca violação a princípios da administração pública.
- (B) o juízo competente deve proferir sentença na ação de improbidade administrativa aplicando a João sanções como a perda da função pública e o pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.
- (C) o servidor João não praticou ato de improbidade administrativa, exceto se for comprovada a efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público e, na ausência de prejuízo ao erário, deve ser responsabilizado apenas nas esferas criminal e administrativa.
- (D) o juízo competente, ao proferir sentença na ação de improbidade administrativa, não pode condenar João a perda da função pública, por ausência de previsão legal dessa sanção para o tipo de ato ímprobo praticado.
- (E) o juízo competente deve proferir sentença na ação de improbidade administrativa aplicando a João sanções, como a suspensão dos direitos políticos até 14 (catorze) anos e a proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, pelo prazo não superior a 12 (doze) anos.

51

O Município Alfa firmou parceria com a Organização da Sociedade Civil Beta, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, para atuação na oferta de serviços de proteção social especial para população em situação de vulnerabilidades e riscos sociais oriundas de condições de dependência química relacionada ao álcool. Sabe-se que a citada parceria foi estabelecida para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública, para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, que envolveram a transferência de recursos financeiros.

Conforme dispõe a Lei nº 13.019/14, o instrumento jurídico por meio do qual foi formalizada tal parceria é o(a)

- (A) termo de fomento.
- (B) contrato de gestão.
- (C) termo de colaboração.
- (D) parceria público-privada.
- (E) acordo de cooperação.

52

A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Nesse contexto de tratamento de dados pessoais, de acordo com a citada lei, a empresa pública federal Alfa, quando estiver operacionalizando políticas públicas e no âmbito da execução delas, terá o

- (A) mesmo tratamento dispensado aos órgãos e às entidades do Poder Público.
- (B) tratamento específico que lhe conferir o Tribunal de Contas da União, na qualidade de órgão gestor de dados.
- (C) tratamento específico que lhe conferir a autoridade nacional de proteção de dados, similar à iniciativa privada.
- (D) mesmo tratamento dispensado às pessoas jurídicas de direito privado particulares.
- (E) tratamento específico que lhe conferir o Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, similar à iniciativa privada.

Direito Constitucional

53

Em razão de grave instabilidade institucional ocorrida em determinada região do País, com a participação direta de certas estruturas estatais de poder, um assessor sugeriu ao Presidente da República que decretasse o estado de sítio.

A sugestão apresentada, considerando os balizamentos oferecidos pela sistemática constitucional, mostra-se

- (A) incorreta, pois o estado de sítio é decretado pelo Congresso Nacional, cumprindo ao Presidente da República apenas executá-lo.
- (B) correta, devendo o Chefe do Poder Executivo solicitar autorização ao Congresso Nacional para decretar a medida.
- (C) correta, devendo o Chefe do Poder Executivo editar o respectivo decreto, submetendo-o, em seguida, ao Congresso nacional.
- (D) incorreta, pois os fatos descritos não permitem a decretação do estado de sítio.
- (E) correta, devendo o Presidente da República ouvir os Conselhos da República e de Defesa Nacional, e solicitar autorização do Congresso Nacional para decretar a medida.

54

Com o objetivo de tornar mais equânimes os critérios de promoção dos magistrados, o Estatuto da Magistratura do Estado Alfa dispôs que as promoções dos Juizes de Direito, de entrância para entrância, observariam alternadamente, conforme surgissem as vagas, os critérios do merecimento, da antiguidade e do sorteio, o que foi muito festejado pelos juizes do respectivo Estado.

Insatisfeito com o teor do referido diploma normativo, o Partido Político Alfa, com legitimidade para deflagrar o controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, solicitou que seu advogado se manifestasse sobre a constitucionalidade, ou não, desse diploma normativo.

O advogado respondeu corretamente que o Estatuto da Magistratura do Estado Alfa é

- (A) formal e materialmente constitucional.
- (B) formal e materialmente inconstitucional.
- (C) formalmente inconstitucional e materialmente constitucional.
- (D) formalmente constitucional e materialmente inconstitucional.
- (E) formal e materialmente constitucional desde que os preceitos do referido diploma normativo estejam lastreados em permissivo da Constituição Estadual.

55

O Presidente da República foi comunicado por determinado Ministro de Estado sobre a existência de cem cargos públicos de provimento efetivo que não mais se mostravam necessários, sendo sugerida a sua extinção.

Nesse caso, à luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a extinção dos referidos cargos públicos

- (A) quer estejam vagos, quer estejam ocupados, pode ser realizada via decreto do Presidente da República, vedada a delegação da respectiva competência ao Ministro de Estado.
- (B) quer estejam vagos, quer estejam ocupados, pode ser realizada via decreto do Presidente da República, permitida a delegação da respectiva competência ao Ministro de Estado.
- (C) pode ser promovida por decreto do Presidente da República apenas se estiverem vagos, permitida a delegação da respectiva competência ao Ministro de Estado.
- (D) pode ser promovida por decreto do Presidente da República apenas se estiverem vagos, vedada a delegação da respectiva competência ao Ministro de Estado.
- (E) em razão do princípio da paridade das formas, deve ser necessariamente realizada na forma prevista em lei, quer estejam vagos, quer ocupados.

56

Cerca de um ano após o deferimento de sua aposentaria pelo órgão federal competente, Joana tomou conhecimento, por meio de uma colega, de que o Tribunal de Contas da União (TCU) identificou irregularidades na contagem de seu tempo de serviço, o que resultou na conclusão de que o benefício previdenciário foi concedido de maneira irregular, sendo, portanto, ilegal.

Surpresa com a informação, Joana consultou um advogado, sendo-lhe corretamente informado que

- (A) a aposentadoria de Joana somente poderia produzir efeitos após a aprovação do respectivo ato pelo TCU.
- (B) a manifestação do TCU foi ilícita, pois deveria se restringir à emissão de parecer, cabendo ao Poder Legislativo a decisão final.
- (C) a manifestação do TCU afrontou a autonomia política do ente federativo que concedeu a aposentadoria, sendo nitidamente ilícita.
- (D) a manifestação do TCU foi ilícita, pois Joana não foi ouvida no curso do processo administrativo, o que afrontou o contraditório e a ampla defesa.
- (E) a manifestação do TCU produz, como efeito, a negativa de registro do ato de aposentadoria, cabendo ao órgão de origem a adoção das medidas necessárias.

57

João, ocupante, no âmbito do Estado Alfa, do cargo de provimento efetivo de engenheiro, foi eleito Vereador do Município Beta. Por ter dúvida em relação à possibilidade, ou não, de acumular os cargos e, em caso positivo, se os estímulos recebidos em cada qual poderiam ser recebidos de maneira cumulativa, João consultou um advogado, o qual lhe respondeu corretamente que ele

- (A) pode acumular o cargo eletivo com o de provimento efetivo, caso haja compatibilidade de horários, devendo receber os estímulos de ambos, sendo cada qual cotejado isoladamente com o teto remuneratório constitucional.
- (B) pode acumular o cargo eletivo com o de provimento efetivo, caso haja compatibilidade de horários, devendo receber os estímulos de ambos, os quais, somados, serão cotejados com o teto remuneratório constitucional.
- (C) pode acumular o cargo eletivo com o de provimento efetivo, caso haja compatibilidade de horários, devendo optar pelo estímulos de um ou outro.
- (D) não pode acumular o cargo eletivo com o de provimento efetivo, mas pode optar pelo recebimento do estímulos de valor mais elevado.
- (E) não pode acumular o cargo eletivo com o de provimento efetivo, recebendo apenas os subsídios afetos ao primeiro.

58

Juan, brasileiro nato e artista plástico de renome internacional, embora fosse apaixonado pelo Brasil, requereu a nacionalidade do País Alfa, que integra a União Europeia, de modo a facilitar o recebimento de financiamentos e a realização de negócios no âmbito dos demais países que integram o referido bloco. O seu requerimento foi deferido, o que aumentou, inclusive, a facilidade do ingresso de Juan no território de Alfa nas sucessivas viagens que realizava, no curso do ano, a partir do território brasileiro.

Anos depois, Juan foi condenado, em sentença transitada em julgado, pela prática de crime no País Alfa. Como se encontrava em território brasileiro, o referido País solicitou a sua extradição.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar, consoante a narrativa, que Juan

- (A) possui dupla nacionalidade, sendo uma delas brasileira, o que obsta o deferimento da extradição pretendida, qualquer que seja o crime praticado.
- (B) por ter a nacionalidade do País requerente, a extradição sempre deve ser deferida, ainda que mantenha, regularmente, a nacionalidade brasileira.
- (C) deve ter declarada a perda da nacionalidade brasileira pelo órgão competente, sendo possível, atendidos os requisitos formais exigidos, que seja deferida a extradição requerida.
- (D) é brasileiro nato, o que significa dizer que a nacionalidade do País Alfa, também ostentada por ele, não possui validade perante a lei brasileira, o que impede o deferimento da extradição.
- (E) possui dupla nacionalidade, sendo uma delas brasileira, o que obsta o deferimento da extradição pretendida, salvo se o crime praticado for o de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes.

59

O Partido Político Alfa, que somente contava com representantes na Câmara dos Deputados, não no Senado Federal, foi procurado pelo Prefeito de uma grande capital brasileira, seu filiado, e questionado sobre a possibilidade de a Lei municipal nº XX/1987 ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade, considerando os diversos problemas que vinha causando à administração municipal, embora fosse visível a sua incompatibilidade com a ordem constitucional vigente, afrontando um de seus princípios estruturais.

Ao consultar seu advogado, foi corretamente informado ao Partido Político Alfa que a Lei municipal nº XX/1987

- (A) somente poderia ser impugnada em sede de controle difuso de constitucionalidade.
- (B) poderia ser impugnada em sede de controle concentrado de constitucionalidade, apenas perante o Supremo Tribunal Federal, e Alfa teria legitimidade para deflagrá-lo.
- (C) poderia ser impugnada em sede de controle concentrado de constitucionalidade, apenas perante o Supremo Tribunal Federal, e Alfa não teria legitimidade para deflagrá-lo.
- (D) poderia ser impugnada em sede de controle concentrado de constitucionalidade, apenas perante o Tribunal de Justiça do respectivo Estado, mas Alfa não teria legitimidade para deflagrá-lo.
- (E) poderia ser impugnada em sede de controle concentrado de constitucionalidade, perante o Tribunal de Justiça do respectivo Estado ou perante o Supremo Tribunal Federal, e Alfa teria legitimidade para deflagrá-lo.

60

Ana, professora e estudiosa do federalismo, foi questionada por uma aluna a respeito dos balizamentos constitucionais a serem observados para a decretação de intervenção no ente federativo que não aplicar a receita mínima exigida na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme previsto na Constituição da República.

Ao contínuo ao questionamento, Ana respondeu corretamente no sentido de que

- (A) a intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal será da espécie provocada, enquanto a intervenção do Estado em seus Municípios será espontânea.
- (B) a intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal será da espécie espontânea, enquanto a intervenção do Estado em seus Municípios será provocada.
- (C) se trata de violação a um dos princípios sensíveis previstos na ordem constitucional, sendo que a intervenção, nesse caso, em qualquer ente federativo, sempre será provocada.
- (D) se trata de violação a um dos princípios sensíveis previstos na ordem constitucional, sendo que a intervenção, nesse caso, em qualquer ente federativo, sempre será espontânea.
- (E) embora a ordem constitucional admitida a decretação da intervenção, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, é imperativa a realização de prévia mediação, sob supervisão do Supremo Tribunal Federal.

Conhecimentos Específicos da Subárea

61

Maria é mãe de Talita, criança de 7 anos, sem registro de paternidade. Com o avanço de sua enfermidade, em testamento particular lido e assinado conjuntamente por três testemunhas, decide nomear sua irmã Carla (tia de Talita), de 21 anos e casada, como tutora de Talita, na hipótese de seu falecimento. Maria organizou a sucessão de seus bens da seguinte forma:

1. o imóvel (avaliado em R\$1.000.000,00) será transferido em fideicomisso para Carla (fiduciária) e, com a maioridade, será transferido à Talita (fideicomissária);
2. as quotas dos fundos de investimento (avaliadas em R\$200.000,00) devem ser transferidas diretamente para Talita.

Diante do caso acima, em caso de falecimento de Maria, assinale a afirmativa correta.

- (A) Carla será a tutora de Talita, sua sobrinha, porque não há causa de incapacidade para o exercício da tutela, sendo vedada a escusa por parte da pessoa nomeada em testamento.
- (B) Carla pode requerer a adoção *intuitu personae* de Talita, constituindo-se novo vínculo parental e de poder familiar.
- (C) A cláusula de fideicomisso no testamento não produzirá os efeitos desejados, convertendo-se em usufruto a favor de Carla, tendo Talita como nua-proprietária.
- (D) O testamento particular realizado por Maria é nulo, porque exige a leitura e assinatura conjunta de 5 (cinco) testemunhas.
- (E) A tutela se extinguirá pela maioridade ou emancipação, podendo estender-se para além desses limites em caso de grave enfermidade mental ou intelectual de Talita.

62

José era proprietário de uma extensa área urbana não edificada, com mais de 50.000m². Essa área não era vigiada e nem utilizada para qualquer finalidade. O imóvel foi ocupado, no mês de janeiro de 2010, por um considerável número de pessoas, que construíram suas moradias. Os ocupantes, por sua própria conta, organizados por meio de Associação de Moradores, além de construírem suas casas, realizaram a abertura de vias posteriormente reconhecidas pelo poder público municipal, bem como construíram espaços destinados a uma creche comunitária e duas praças de lazer, que estão em pleno funcionamento, tudo com recurso do fundo comunitário dos moradores. Não houve infração às leis locais de ordenação do solo urbano ou meio ambiente. No ano de 2021, José propôs ação reivindicatória contra todos os ocupantes (cerca de 190 núcleos familiares). Cada moradia está localizada em área equivalente a 350m².

Diante do caso, assinale a afirmativa correta.

- (A) Cada morador pode, passados 5 (cinco) anos de posse contínua e sem oposição, alegar e requerer, individualmente, a usucapião na modalidade especial urbana ou constitucional.
- (B) O juiz pode declarar a perda da propriedade a favor dos ocupantes que lá estão por mais de 5 (cinco) anos, na posse ininterrupta e de boa-fé, fixando justa indenização a favor do proprietário.
- (C) A associação de moradores pode propor ação de usucapião coletiva, a fim de que seja declarada a propriedade originária aos ocupantes, mediante sentença que servirá de título para registro no Registro de Imóveis.
- (D) Cada morador pode, passados 10 (dez) anos de posse contínua e sem oposição, considerando o justo título e boa-fé em sua posse, alegar e requerer a usucapião ordinária.
- (E) A associação de moradores pode realizar a defesa dos ocupantes em legitimação extraordinária, assim como cobrar de cada um deles a contribuição condominial estabelecida no Estatuto da Associação.

63

Maria e Rejane celebraram contrato de promessa de compra e venda de imóvel com Jorge, Lucas e Zózimo, por instrumento particular, sem levá-lo a registro, nos seguintes termos:

1. Maria e Rejane se obrigaram, solidariamente, a pagar aos irmãos Jorge, Lucas e Zózimo o valor de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais), à vista, na data da celebração do acordo.
2. Em contrapartida, Jorge, Lucas e Zózimo, coproprietários do imóvel, obrigaram-se, sem cláusula de solidariedade (i) a entregar a chave do apartamento no prazo de 10 (dez) dias contados da data da assinatura do contrato; e (ii) a realizarem a outorga da escritura pública definitiva de compra e venda, no prazo de dez dias após a imissão das promitentes compradoras na posse do imóvel.

Diante do caso acima, assinale a afirmativa correta.

- (A) Paga a integralidade do preço, a recusa dos coproprietários em realizar a outorga da escritura definitiva não confere direito à adjudicação compulsória, ante a ausência de registro da promessa.
- (B) Com a assinatura da promessa, Maria pode realizar pagamento parcial correspondente à sua metade, ainda que os promitentes vendedores se recusem a receber, podendo valer-se do pagamento em consignação.
- (C) Assinada a promessa e não pago o preço de forma definitiva, podem os promitentes vendedores propor ação visando à extinção do contrato, por rescisão unilateral, fundada no inadimplemento absoluto.
- (D) Pago o preço, os coproprietários devem cumprir com a obrigação de entrega do imóvel, desobrigando-se apenas de realizar o pagamento perante Maria e Rejane, conjuntamente, ou a uma delas, com caução de ratificação da outra credora.
- (E) Em se tratando de contrato bilateral, comutativo e oneroso, a cláusula resolutiva, ainda que tácita, opera de pleno direito, sendo despicienda prévia interpelação judicial.

64

Montadora de veículos CARROS JÁ anunciou, em jornal de grande circulação, que estava buscando parceiros comerciais para serem revendedores autorizados de seus veículos em certos municípios brasileiros. A revendedora CARROS NOVOS buscou CARROS JÁ para funcionar como revendedora. Começaram tratativas preliminares, realizaram diversas reuniões, trocaram e-mails preliminares e iriam começar a trocar minutas contratuais. CARROS NOVOS chegou a fazer a compra da sede física da nova concessionária e contratou um gerente comercial. Nenhum documento formal foi assinado entre as Partes regulando direitos e deveres recíprocos. Abruptamente, CARROS JÁ interrompeu as negociações, sem comunicar a CARROS NOVOS a razão pela qual não mais seguiria nas tratativas.

A respeito da responsabilidade civil de CARROS JÁ junto a CARROS NOVOS por supostos danos, é correto afirmar que

- (A) há relação de consumo entre CARROS JÁ e CARROS NOVOS de modo que se deve tutelar o consumidor perante o fornecedor quando este o expõe a condições de extrema desvantagem, como ocorreu com CARROS JÁ, que fez investimentos preliminares.
- (B) a parte interessada em se tornar revendedora autorizada de veículos tem direito de ser ressarcida dos danos materiais decorrentes da ruptura, de forma injustificada, das negociações até então levadas a efeito.
- (C) a proposta deixa de ser obrigatória se, feita sem prazo a pessoa presente, não foi imediatamente aceita, de modo que a não aceitação imediata desobriga CARROS JÁ a indenizar de quaisquer danos daí decorrentes.
- (D) há responsabilidade civil extracontratual decorrente de rescisão unilateral e, dada a natureza do contrato, considerando que uma das Partes realizou investimentos consideráveis para a sua execução, a denúncia unilateral só produzirá efeito depois de transcorrido prazo compatível com a natureza e o vulto dos investimentos.
- (E) considerando que nenhum documento formal foi assinado entre as Partes regulando direitos e deveres recíprocos, não se deve falar de responsabilidade civil contratual.

65

Eduarda, espanhola, residente no Brasil desde 1993, e Marcelo, brasileiro, casaram-se em 1997, pelo regime da comunhão parcial de bens, adquiriram onerosamente dois imóveis durante o matrimônio, sendo que um deles por meio de valores exclusivamente obtidos pela venda de um terreno, advindo da herança do pai de Marcelo. Devido a impossibilidade de procriação por parte de Marcelo, o casal adotou, em 2006, uma criança recém-nascida, originária da Espanha. Em 2019, houve o divórcio do casal, tendo Eduarda, por força de acordo, a guarda da filha, cabendo ao genitor o pagamento da pensão alimentícia.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) O divórcio do casal depende necessariamente da prévia partilha dos bens.
- (B) Os dois imóveis adquiridos onerosamente na constância do casamento estão inclusos na comunhão, pertencendo, por conseguinte, ao casal.
- (C) Ao atingir a maioridade, o cancelamento de pensão alimentícia da filha do casal está sujeito a decisão judicial, mediante contraditório.
- (D) A guarda da filha do casal deveria ser compartilhada por força legal, visto que a guarda exclusiva só se admite na hipótese de abandono afetivo de um dos genitores.
- (E) A adoção de uma criança estrangeira por um casal residente no Brasil deverá ser feita mediante intervenção direta e exclusiva da autoridade judiciária brasileira de âmbito federal.

66

Orlando, promitente comprador, celebrou contrato de promessa de compra e venda de bem imóvel com a Construtora Citra S.A., promitente vendedora; por razões meramente econômicas, o contrato não foi registrado no Registro Geral de Imóvel. Com o claro objetivo de quitar parte das parcelas vincendas, Orlando deixa um automóvel de sua propriedade na agência de veículos de Alice, sua amiga, que repassará para ele 90% do valor obtido em caso de alienação.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) A falta do registro no Registro Geral de Imóveis impede a adjudicação compulsória do bem em caso de quitação de todas as parcelas e recusa imotivada da construtora na celebração da escritura definitiva de compra e venda.
- (B) De acordo com o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, como o contrato de promessa de compra e venda assemelha-se aos contratos de financiamento bancários, não regidos por legislação especial, os juros moratórios poderão ser convencionados acima do limite de um por cento ao mês em caso de mora.
- (C) O contrato entre Orlando e a agência de Alice é classificado como estimatório, no qual o consignante entrega bem móvel ao consignatário, que fica autorizado a vendê-lo, pagando àquele o preço ajustado.
- (D) O contrato de promessa de compra e venda, devido a sua natureza real, transmite ao promitente comprador o domínio e a posse direta do bem no momento de sua celebração.
- (E) Tanto o contrato estimatório, quanto o de promessa de compra e venda, depende de forma prescrita na lei, o primeiro deve ser por escrito, enquanto que o segundo, por escritura pública.

67

Júlio, capaz, solteiro, reside sozinho em imóvel próprio e é réu em ação de execução de título extrajudicial promovida pelo Banco X devido à inadimplência de contrato de mútuo. Além do imóvel e mobiliário que garante a casa, Júlio é proprietário de um automóvel e de uma vaga de garagem, que possui matrícula própria no registro de imóveis, e é local em que pernoita o veículo.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) A condição de solteiro afasta a impenhorabilidade da residência de Júlio, por inexistir o conceito de família na situação narrada.
- (B) O automóvel, que é um veículo de transporte, de Júlio, por ser único, encontra-se protegido pela impenhorabilidade por ser bem de família.
- (C) Todas as obras de arte e adornos que se encontram na casa de Júlio são consideradas bens de família, sendo, por conseguinte, a impossibilidade de penhora.
- (D) A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, não se admitindo exceção, salvo quando se tratar de questões tributárias ou trabalhistas.
- (E) A vaga de garagem de Antônio, por possuir matrícula própria no registro de imóveis, não constitui bem de família para efeito de penhora.

68

Giorgio, italiano, casado pelo regime da separação total de bens com Mariana, brasileira, falece deixando quatro filhos italianos comuns. Embora o ex-casal tivesse domicílio na Itália, Giorgio era proprietário de um apartamento em Salvador.

Considerando que, pela lei italiana, Mariana faria jus a um terço do patrimônio deixado por Giorgio, responda como se dará a sucessão do imóvel localizado em Salvador

- (A) Mariana fará jus a um quarto do bem.
- (B) os filhos do ex-casal serão seus únicos proprietários.
- (C) Mariana terá um terço do imóvel.
- (D) os filhos e Mariana farão jus, cada, a um quinto do bem.
- (E) caberá à Mariana a metade do bem.

69

Ao instituir a Fundação Z Educação, o Banco Z fixou prazo de 30 (trinta) anos para sua existência e destinou bens livres para o cumprimento de seu objetivo institucional.

Finalizado o prazo de existência, e diante da ausência de previsão acerca da destinação dos bens no ato de instituição, o patrimônio restante deve ser revertido

- (A) ao Banco Z.
- (B) ao Ministério Público.
- (C) à União.
- (D) a fundação congênere.
- (E) ao Município em que encontrava domiciliada.

70

Mini Mercado BC Ltda. é devedor da Granja FG S/A em razão contrato de fornecimento de proteína animal produzida por FG, bem como de contrato de mútuo do saldo devedor. Passando por dificuldades financeiras no giro mensal, Mini Mercado BC Ltda. resolve vender o automóvel de entregas, que representava o bem maior do seu patrimônio, para permitir o pagamento de salários atrasados dos atuais empregados, bem como as contas de luz e água. Apesar da venda, nenhum valor sobrou para amortizar o saldo devido à FG, que anteviu a possibilidade de não reaver o crédito, ante a provável queda das vendas de BC sem a entrega em domicílio.

Diante deste quadro, é correto afirmar que a venda do automóvel sem anuência de FG configura negócio jurídico

- (A) nulo, por caracterizar fraude contra credores.
- (B) válido, pois voltado à manutenção do estabelecimento.
- (C) anulável, ante a ocorrência de fraude contra credores.
- (D) nulo, pois realizado em fraude à lei.
- (E) ineficaz, ante a ausência do consentimento de FG.

71

Amanda e Rodrigo, artistas plásticos, obrigam-se solidariamente a produzir esculturas para exibição no Centro Cultura das Artes - CCA, que lhes pagou antecipadamente pela locação das obras. Após a conclusão do trabalho, Rodrigo se encarrega de transportá-lo em seu caminhão até o CCA. Contudo, no percurso, Rodrigo avança indevidamente o semáforo e ocasiona acidente automobilístico que destruiu completamente todas as esculturas. Ante a notícia de ausência das obras encomendadas, o CCA viu-se obrigado a cancelar a exibição e experimentou danos materiais em razão da suspensão.

Diante disto, assinale a afirmativa correta.

- (A) Amanda e Rodrigo são responsáveis pela devolução do equivalente e pelo ressarcimento das perdas e danos decorrentes do evento.
- (B) Rodrigo deve devolver o equivalente e indenizar as perdas e danos, ficando Amanda excluída ante a ausência de culpa no evento danoso.
- (C) Amanda apenas não responde pelos juros, pois a mora não foi por ela ocasionada, mas deverá devolver o equivalente.
- (D) Rodrigo não responde pelo equivalente, já que assumirá integralmente a obrigação de ressarcir perdas e danos.
- (E) Amanda e Rodrigo são responsáveis pela devolução do equivalente e pagamento de juros, mas as perdas e danos cabe apenas a Rodrigo ressarcir.

72

Contando com algumas dívidas, Renato, maior e casado, pede ajuda à sua mãe, Carmen, para pagá-las. Sensibilizada, Carmen resolve doar o imóvel de menor valor entre os seus imóveis e celebra com o filho contrato de doação por instrumento público, do qual não participam, Márcia, sua nora, tampouco seus filhos. Na avença, Carmen se obriga a entregar a posse do bem a Renato em 15 dias, quando então os aluguéis do imóvel, que se encontrava locado, passariam a pertencer a Renato. Contudo, com receio da reação dos outros filhos, Carmen decide não entregar a posse do bem, entendendo que os danos que Renato vier a experimentar por não receber o aluguel servirão para lhe dar uma lição.

Diante deste quadro, assinale a afirmativa correta.

- (A) A doação é nula, visto que Márcia não aquiesceu com a aquisição gratuita de direito real.
- (B) A doação é válida e Carmen deverá responder pelas perdas e danos ocasionados na hipótese fática.
- (C) A doação é nula, haja vista que os filhos de Carmen deveriam consentir com o ato.
- (D) A doação é anulável, pois não contou com a aquiescência dos outros filhos de Carmen.
- (E) A doação é válida, mas Carmen não deve indenizar Carlos, ante a liberalidade e gratuidade do ato.

73

Danilo, empregado de Boa Pizza Ltda, trabalha com entregas de pizzas para sua empregadora. Ao subir em edifício para entregar pizza a Júlio, morador do apartamento 301, percebe uma fumaça vinda da unidade 302. Após a entrega da pizza, verifica que a fumaça ficou mais forte e um cheiro intenso de queimado se alastra pelo ar. Preocupado, toca incessantemente a campainha da unidade 302 e nada ocorre. Grita por ajuda e o único a aparecer é Júlio, que diz não querer se envolver, pois não tem bom relacionamento com Maria, a proprietária e moradora do apartamento 302.

Aflito, Danilo destrói, com pontapés, a porta do apartamento 301 e, conseguindo ali entrar, constata fogo em roupas penduradas no varal interno da área de serviço e, com a ajuda de um balde, apaga-o. Quando já saía do apartamento 302, após lá ninguém encontrar, Danilo é abordado por Maria, que chegava ao apartamento e lhe pergunta o que fazia em seu imóvel. Mesmo após a explicação, Maria chama a polícia, que constata a veracidade do relato de Danilo, apurando, inclusive, que o fogo foi ocasionado por uma guimba de cigarro encontrada no local. Maria, inclusive, informa que o morador do único apartamento de cima, Tiago, tem o hábito de fumar na janela e, de lá, jogar guimba de cigarro para fora. Incomodada com toda a situação, Maria pede para todos se retirarem, avisando que procurará seus direitos.

A respeito desta situação, assinale a afirmativa correta.

- (A) Júlio é responsável pelos danos ocasionados às roupas de Maria.
- (B) Tiago é o único responsável pelos danos ocasionados à porta e às roupas de Maria.
- (C) Danilo é responsável pelos danos ocasionados à porta de Maria.
- (D) Boa Pizza é responsável pelos danos causados à porta e às roupas de Maria.
- (E) Danilo é único responsável pelos danos ocasionados à porta e às roupas de Maria.

74

Ana, proprietária da Fazenda Boa Esperança de 40 hectares, é vizinha de Carlos, proprietário da Fazenda Santa Lúcia, de 20 hectares. A divisão de ambos os imóveis é marcada pelo leito de um córrego. Por conta de eventos desconhecidos, o córrego secou e seu leito se transformou em um pedaço de terra fértil.

A respeito do leito do córrego seco é correto afirmar que

- (A) Ana, proprietária da maior área, será proprietária da terra nova.
- (B) aquele que oferecer indenização à municipalidade local haverá a terra nova.
- (C) Ana e Carlos serão proprietários da terra que surgiu na proporção do tamanho das áreas das respectivas fazendas.
- (D) será proprietário da terra que surgiu o primeiro vizinho que a ocupar.
- (E) a extensão dos imóveis de Ana e Carlos se projetarão até o meio do córrego seco.

75

Após um desgastante divórcio, o ex-casal Rita e Joaquim optam por não partilhar os bens da comunhão, de forma a evitar novos dissabores. Passados 5 (cinco) anos do divórcio, Rita contrai matrimônio com João, sem que tenha sido eleito regime de bens e apresentada oposição por terceiros.

Acerca do novo casamento, é correto afirmar que

- (A) é nulo, ante a ausência de partilha da comunhão anterior.
- (B) é anulável, ante a ausência de partilha da comunhão anterior.
- (C) é válido e o regime de bens será o da comunhão parcial.
- (D) é anulável, ante a ausência de concordância do cônjuge anterior.
- (E) é válido e o regime de bens será o da separação obrigatória.

76

A União Federal foi condenada a pagar pensão por morte em favor da companheira de servidor público integrante da carreira de Consultor Legislativo do Senado. O vínculo de companheirismo foi reconhecido como questão prejudicial na demanda movida pela companheira em face da União, sendo expressamente decidido na fundamentação da sentença.

A respeito da situação acima narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) A eficácia objetiva da coisa julgada engloba o dispositivo e a fundamentação da decisão que julgar total ou parcialmente o mérito, englobando também as questões prejudiciais e as questões preliminares ao mérito.
- (B) O reconhecimento do vínculo de companheirismo enquanto questão prejudicial não está coberto pela coisa julgada no caso narrado, tendo em vista a incompetência da Justiça Federal para decidir a seu respeito como questão principal.
- (C) A mera existência de decisão sobre a questão prejudicial é suficiente para lhe estender a eficácia de coisa julgada, podendo-se afirmar que a questão do vínculo de companheirismo formou coisa julgada.
- (D) A extensão da eficácia objetiva da coisa julgada às questões prejudiciais se aplica mesmo se no processo tiver havido restrições probatórias ou limitações à cognição que impeçam o aprofundamento da análise da questão prejudicial.
- (E) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada e a terceiros interessados, como é o caso de herdeiros do servidor morto.

77

O mandado de segurança está incluso nos denominados remédios constitucionais, possuindo grande aplicação prática em face de atos da Administração Pública. A seu respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Existem vedações legais à concessão de liminar em mandado de segurança. Entre elas, inclui-se a vedação à liminar para liberação de mercadorias provenientes do exterior, considerada constitucional por decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade.
- (B) A autoridade coatora é aquela responsável pela prática do ato impugnado, quer por ação, quer por omissão. A título de exemplo, a autoridade delegante de poderes administrativos é considerada como coatora em face de atos praticados pelo delegatário no exercício de competência delegada, contra ela cabendo o mandado de segurança.
- (C) O mandado de segurança tem como requisito a prova pré-constituída para demonstração da existência e extensão do direito do impetrante. Todavia, a controvérsia sobre a questão jurídica submetida à apreciação judicial, desde que comprovado documentalmente o direito alegado, não impede a concessão do mandado de segurança.
- (D) O direito de recorrer em face da sentença no *writ* não se estende à autoridade coatora, tendo em vista que esta não integra o polo passivo do mandado de segurança, o qual é composto apenas pela pessoa jurídica de que esta faz parte.
- (E) De acordo com a Lei do Mandado de Segurança, o mandado de segurança coletivo é meio adequado para a defesa de direitos difusos lesados pela Fazenda Pública.

78

No ano de 2021, conforme dados do “Relatório Justiça em Números”, do CNJ, o Poder Judiciário encerrou o ano com 77,3 milhões de processos em tramitação. Entre as soluções apontadas para redução desse estoque de litigiosidade inclui-se o uso de outros meios adequados de solução de controvérsias, tais como a conciliação, a mediação e a arbitragem.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) É dever do Estado promover a solução consensual dos conflitos, quer na posição de parte, quer na posição de Estado-administração. É o que ocorre, a título de exemplo, por meio da criação de centros judiciários de solução consensual de conflitos no âmbito dos tribunais.
- (B) A conciliação e a mediação são mecanismos por meio dos quais se busca que as próprias partes em litígio cheguem a solução do conflito, diferenciando-se quanto ao papel que o conciliador e o mediador possuem, pois esse último pode arbitrar uma solução para o caso.
- (C) O árbitro é juiz de fato e de direito, e a sentença que proferir não fica sujeita a recurso ou homologação pelo Poder Judiciário, podendo, porém, ser objeto de recurso extraordinário para controle de ofensa à Constituição.
- (D) A conciliação, a mediação e a arbitragem são meios consensuais de solução de conflitos passíveis de utilização tão somente por pessoas físicas e jurídicas de direito privado, inexistindo autorização legal para que a Administração Direta, Autárquica e Fundacional possa deles se valer.
- (E) A sentença arbitral detém eficácia de título executivo judicial, podendo ser objeto de cumprimento perante o juízo arbitral, que possui todos os poderes executivos de um magistrado do Judiciário.

79

As execuções equivalem a aproximadamente 53% dos processos pendentes no Poder Judiciário, conforme dados do Relatório Justiça em Números 2021, da lavra do Conselho Nacional de Justiça.

Sobre as execuções, assinale a afirmativa correta.

- (A) É possível a condenação da Fazenda Pública ao pagamento de honorários advocatícios em decorrência da extinção da execução fiscal pelo acolhimento de exceção de pré-executividade, conforme entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (B) Há conexão entre ação de conhecimento e execução de título extrajudicial relativa ao mesmo ato jurídico. Por força da conexão, os processos serão reunidos para decisão conjunta, mesmo se um deles já houver sido sentenciado.
- (C) São considerados títulos executivos extrajudiciais, entre outros, o crédito decorrente de foro e laudêmio, o contrato de seguro de vida em caso de morte, a letra de câmbio, a nota promissória e a decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza.
- (D) O cumprimento provisório de sentença impugnada por recurso desprovido de efeito suspensivo exige caução suficiente e idônea para levantamento de depósito em dinheiro, independentemente da natureza do crédito em jogo.
- (E) Embora possível na fase de conhecimento, a citação por hora certa é vedada no processo de execução fundado em título extrajudicial.

80

Os recursos e as ações autônomas são os principais meios de impugnação a decisões judiciais. Entre os fundamentos para sua existência, aponta-se a falibilidade dos julgadores, bem como a possibilidade de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

Sobre esses institutos, assinale a afirmativa correta.

- (A) Todas as decisões interlocutórias proferidas em processos de recuperação judicial e falência são impugnáveis por meio de agravo de instrumento.
- (B) O recurso adesivo é admissível na apelação, no agravo de instrumento, no recurso extraordinário e no recurso especial.
- (C) A ação rescisória é cabível exclusivamente em face de decisões de mérito transitadas em julgado, inexistindo a possibilidade de sua propositura em face de sentenças terminativas.
- (D) O recurso especial e o recurso extraordinário não se prestam ao reexame de ofensa a norma sobre direito probatório ou a reexame de provas.
- (E) O Código de Processo Civil não admite, em hipótese alguma, a fungibilidade recursal.

81

Os procedimentos especiais existem com o intuito de trazer meios mais adequados de tutela a determinados direitos. Alguns deles, tais como a ação de reintegração de posse, a ação de consignação em pagamento e a ação de desapropriação, possuem ampla utilização na praxe forense.

A respeito de tais procedimentos, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A ação de consignação em pagamento tem como finalidade permitir a liberação do devedor de determinada obrigação de pagar ou de entrega de coisa. Tratando-se de obrigação em dinheiro, admite-se a consignação extrajudicial, por meio de depósito do valor em estabelecimento bancário.
- (B) As ações possessórias são fungíveis. Quer-se dizer que, formulada determinada espécie de ação possessória, o juiz pode conhecer e outorgar proteção legal correspondente àquela cujos pressupostos estejam provados, sem ficar adstrito aos limites do pedido do autor.
- (C) A liminar em ação possessória é espécie de tutela provisória da evidência, dispensando a comprovação de urgência para sua concessão.
- (D) A ação de desapropriação tem como legitimados ativos, dentre outros e mediante autorização constante de lei ou contrato, os concessionários e as autorizatárias para a exploração de ferrovias como atividade econômica.
- (E) A ação de desapropriação possui cognição ampla e exauriente. Nesse sentido, qualquer matéria de interesse do expropriado poderá ser alegada em defesa, tal como não se tratar de caso de utilidade pública.

82

Ricardo ajuizou ação ordinária em face de Pedro, formulando pedido de tutela provisória de urgência para busca e apreensão de bem depositado. O juízo, após a citação de Pedro e apresentação de contestação, concedeu a tutela provisória de urgência, a qual foi cumprida integralmente. Em sede de sentença, o pedido foi julgado improcedente, revogando-se a tutela provisória.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) A revogação da tutela provisória produz, como consequência, a responsabilidade subjetiva do requerente quanto aos danos causados à outra parte. Assim, Pedro deverá comprovar a conduta dolosa ou culposa de Ricardo para ser indenizado em razão da efetivação da medida.
- (B) A revogação da tutela provisória de urgência pode ser total ou parcial. A revogação parcial afasta o dever do requerente de indenizar a parte adversa pela efetivação da medida, conforme previsão expressa do Código de Processo Civil.
- (C) Eventual recurso de apelação interposto por Ricardo em face da sentença terá efeito meramente devolutivo. O efeito suspensivo da apelação poderá ser obtido tão somente em razão de decisão de segunda instância.
- (D) A indenização devida em favor de Pedro em razão da efetivação da tutela provisória será sempre liquidada em autos apartados.
- (E) No cumprimento da decisão concessiva da tutela provisória, o mandado de busca e apreensão do bem depositado deve ser cumprido por 3 (três) oficiais de justiça, de modo a melhor documentar a diligência.

83

A ação civil pública é importante ferramenta de tutela de direitos de natureza coletiva. Sua introdução em nosso Direito foi influenciada pelas ondas renovatórias do acesso à justiça capitaneadas por Mauro Capeletti a partir do começo dos anos 80, as quais não deixaram de suscitar discussões.

A respeito de tal ação, assinale a afirmativa correta.

- (A) A ação civil pública possui amplo rol de legitimados ativos para sua propositura. A título de exemplo, o Ministério Público, a Defensoria Pública e o cidadão podem propor tal espécie de ação constitucional.
- (B) A ação civil pública é meio processual inadequado para a defesa de fundos de natureza institucional cujos beneficiários possam ser individualizados, como é o caso do FGTS. Isso não impede, todavia, o reconhecimento da possibilidade de sua utilização para defesa de direitos sociais relacionados a estes fundos.
- (C) A ação civil pública excepciona o dever de adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas por parte de seu autor. Entretanto, se for parte, o Ministério Público tem o dever de adiantar os honorários das perícias cuja produção requerer.
- (D) Decorridos 90 (noventa) dias do trânsito em julgado da sentença condenatória sem que o autor lhe promova a execução, o Ministério Público e qualquer outro legitimado poderá fazê-lo.
- (E) A competência territorial para a propositura de ação civil pública é conferida ao foro do local onde ocorrer o dano ou do domicílio do réu, com prevalência desta última.

84

Marina ajuizou ação ordinária em face de quatro réus. O primeiro, assistido pela Defensoria Pública, apresentou contestação tempestiva, impugnando especificamente dois dos três fatos narrados pela autora em sua causa de pedir e que diziam respeito a todos os réus, formulando um pedido correlato a cada um dos fatos. A petição inicial foi instruída com prova documental suficiente à comprovação do direito alegado por Marina. Os demais três réus apresentaram contestação intempestiva dois dias após o final do prazo, não impugnando especificamente nenhum dos fatos trazidos na peça exordial.

A respeito do caso acima descrito, assinale a afirmativa correta.

- (A) A intempestividade da contestação de três dos quatro réus produz a revelia destes, com produção de efeito material, ou seja, haverá a presunção de veracidade das alegações de fato formuladas pelo autor.
- (B) Alegando qualquer dos réus ser parte ilegítima, o autor poderá alterar a petição inicial para substituição do réu, no prazo de 5 (cinco) dias.
- (C) O desatendimento ao ônus da impugnação especificada, por parte do primeiro réu, ocasiona a presunção de veracidade das alegações de fato formuladas na petição inicial.
- (D) Os réus revéis poderão requerer a produção de provas que reputarem pertinentes à defesa de seus interesses, desde que o façam oportunamente.
- (E) A controvérsia a respeito de dois dos três fatos narrados pela autora em sua petição inicial impede o julgamento de mérito do pedido incontroverso desde logo, o qual deverá aguardar a sentença.

85

Costuma-se dizer que a competência é a medida da jurisdição. Além de importante como forma de preservar o juiz natural e a imparcialidade, as regras de competência desempenham papel relevante para a organização judiciária nacional.

Sobre o assunto, assinale a afirmativa correta.

- (A) As partes podem mudar a competência em razão do valor, da matéria e do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações.
- (B) A competência fixada em razão da pessoa é absoluta. Isso impede, por exemplo, a aplicação da teoria da encampação no mandado de segurança se houver modificação de competência estabelecida na Constituição Federal em favor da autoridade coatora.
- (C) Uma das possibilidades de modificação da competência absoluta é a conexão. Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.
- (D) O conflito de competência pode ser suscitado pelas partes, pelo Ministério Público ou pelo juiz. A parte que arguiu a incompetência relativa pode suscitar o conflito de competência, desde que o faça por petição fundamentada.
- (E) O juiz pode reputar nula a cláusula de eleição de foro, caso abusiva, antes da citação.

86

Os honorários advocatícios se destinam a remunerar o advogado pelos serviços executados no processo judicial. Dividem-se em honorários de sucumbência, devidos pelo vencedor do processo, e honorários contratuais, pagos pelo cliente a seu advogado em razão da relação contratual entre eles.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os honorários advocatícios devem ser fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento. Nas causas de valor irrisório ou inestimável, os honorários poderão ser fixados por equidade, sendo certo que o juiz deverá observar os valores recomendados pelo Conselho Seccional da OAB a título de honorários advocatícios ou o limite mínimo de 5% (cinco por cento) do valor da condenação.
- (B) Os honorários advocatícios são devidos nas causas em que a Fazenda Pública for parte, sendo fixados entre 5 a 15% do valor atualizado da causa, do proveito econômico ou da condenação.
- (C) Ao despachar a inicial de processo de execução fundado em título extrajudicial, o juiz fixará honorários advocatícios de 10% (dez por cento), a serem pagos pelo executado. No caso de pagamento integral no prazo de 5 (cinco) dias, os honorários serão reduzidos à metade.
- (D) É cabível fixação de honorários recursais em recursos interpostos perante o mesmo grau de jurisdição, como é o caso, por exemplo, dos embargos de declaração e do agravo interno.
- (E) Sendo omissa a decisão judicial acerca dos honorários recursais, após o trânsito em julgado, é cabível ação autônoma para sua definição e cobrança.

87

José foi citado em execução fundada em título extrajudicial proposta por João. O crédito consubstanciado no título executivo, todavia, foi declarado nulo em ação anteriormente movida por José, por sentença transitada em julgado, eis que oriundo de contrato de mútuo firmado por meio da aposição da assinatura falsificada de José no documento escrito.

Passados 20 (vinte) dias úteis a contar da juntada aos autos do mandado de citação cumprido e sem que tenha se manifestado nos autos até então, José procura você para, na qualidade de seu advogado, defender seus interesses no processo.

Tomando o caso concreto como premissa, assinale a afirmativa correta.

- (A) Na hipótese, José poderá opor exceção de pré-executividade, instruindo a exceção com certidões da sentença e do trânsito em julgado do primeiro processo, sem necessidade de garantia do juízo para sua oposição.
- (B) José poderá se insurgir em face da pretensão de João por meio da oposição de embargos à execução ou exceção de pré-executividade. Em ambos os casos, o prazo para oferta é de 30 (trinta) dias, contados da juntada aos autos do mandado de citação cumprido, prazo este que está sendo respeitado.
- (C) A oposição de embargos, no caso, não impedirá o prosseguimento da execução, eis que tempestivamente ofertados. A concessão de efeito suspensivo dependerá, cumulativamente, de requerimento de José, bem como de garantia do juízo e o preenchimento dos requisitos para a concessão da tutela provisória.
- (D) Em razão da conexão entre a ação que declarou nula e a execução, deverá haver a reunião de causas no juízo prevento, o que pode ser pleiteado por meio de simples petição.
- (E) O eventual acolhimento de exceção de pré-executividade oposta por José não ensejará a condenação de João ao pagamento de honorários advocatícios, pois não houve a instauração de novo processo.

88

O valor da causa e o pedido são dois requisitos da petição inicial, como o Art. 319 do CPC dispõe. A seu respeito, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O pedido deve ser certo. A interpretação do pedido considerará o conjunto da postulação e observará o princípio da boa-fé.
- (B) A certeza não se confunde com a determinação do pedido. Enquanto todo pedido deve ser certo, o Código de Processo Civil admite que, em alguns casos, o pedido seja genérico.
- (C) Na ação de alimentos, o valor da causa deve corresponder à soma de doze prestações mensais pedidas pelo autor.
- (D) O juiz pode corrigir o valor da causa, apenas mediante requerimento do réu formulado em contestação, quando verificar que não corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão ou ao proveito econômico perseguido pelo autor.
- (E) É lícita a formulação de pedido alternativo, subsidiário e cumulativo, obedecidos aos requisitos previstos em lei.

89

A remessa necessária é considerada prerrogativa processual da Fazenda Pública. O Código de Processo Civil atual promoveu restrições em seu cabimento, visando conferir maior celeridade aos processos nos quais a Fazenda é parte.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Código de Processo Civil atribui expressamente a natureza jurídica de recurso à remessa necessária, a despeito de o reexame não possuir algumas características típicas aos recursos.
- (B) Um dos critérios para dispensa da remessa necessária diz respeito ao valor da condenação, conforme previsão do Código de Processo Civil. Daí porque as sentenças ilíquidas em geral se sujeitam a reexame necessário, ante a incerteza a respeito de seu montante.
- (C) A remessa necessária não impede o agravamento, pelo Tribunal, da condenação imposta à Fazenda Pública, eis que a função do reexame é de aprimorar a prestação jurisdicional, independente da parte processual beneficiada.
- (D) O efeito devolutivo da remessa necessária é amplo. Via de consequência, inexistente interesse recursal da Fazenda Pública para apelar em face de sentença que estará sujeita ao reexame necessário, pois toda a matéria controvertida será submetida à apreciação do Tribunal.
- (E) A existência de orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do ente público e que seja coincidente com o fundamento da sentença não é suficiente para afastar a aplicação do reexame necessário, ante a autonomia de instâncias decisórias.

90

Os juizados especiais abrigam parcela significativa dos processos em curso no Brasil. Sua introdução em nosso Direito teve como intuito a simplificação do direito de acesso à justiça.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Somente pessoas físicas capazes podem ser parte nos Juizados Especiais Cíveis.
- (B) Em razão da simplicidade procedimental ínsita aos Juizados Especiais, a Lei nº 9.099/1995 veda a instituição de juízo arbitral nas causas de sua competência.
- (C) É cabível recurso em face da sentença proferida pelo juiz. O recurso deverá ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias, por petição escrita, com efeito meramente devolutivo.
- (D) Os Juizados Especiais se destinam a causas de menor complexidade. Isso não impede, porém, a produção de prova técnica simplificada pelo juiz, como é o caso da inquirição de técnicos da confiança.
- (E) Os embargos de declaração, diversamente do regime do Código de Processo Civil, suspendem o prazo para interposição de recurso nos Juizados Especiais.

91

O direito agrário se limita a regulamentar ou disciplinar as relações oriundas do trato da terra pelo homem e as atividades agrárias em geral (exploração agrícola, extrativa, pecuária e agroindustrial), a posse e o uso da terra, os contratos, a reforma agrária e a colonização. Mas, desde seu nascedouro pela Emenda à Constituição de nº 10, de 9 de novembro de 1964 e pelo Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), percebe-se evolução e ampliação dessas atividades.

Avalie se as atividades a seguir podem ser consideradas como atividade agrária, mas não regulada pelo Estatuto da Terra.

I – Exploração de pesca marinha;

II – Exploração de hidrelétrica;

III- Exploração do setor sucroenergético (Cana-de-açúcar).

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

92

A origem das terras devolutas remonta a 1375, quando o rei de Portugal, D. Fernando, emitiu uma ordem estabelecendo que, se o proprietário de uma sesmaria não pudesse ou não quisesse cultivar diretamente o solo, deveria dá-lo em arrendamento a alguém, sob pena de confisco ou devolução da sesmaria ao Soberano. Passou a vigorar, então, o entendimento de que se consideravam devolutas as terras dadas em sesmarias e que haviam sido devolvidas porque os sesmeiros não cumpriram as obrigações de cultivá-las. No entanto, hoje não são apenas essas terras tidas como devolutas.

Assinale a opção que indica a situação que, hoje, também é considerada terra devoluta.

- (A) Terra vaga.
- (B) Terra não ocupada.
- (C) Terra abandonada.
- (D) Terra de fronteira.
- (E) Terras sem matrícula.

93

O Estatuto da Terra e a Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, preveem a Reforma Agrária, que tem como objeto ou meta a implantação de assentamentos de pessoas ligadas à terra, com base em vários princípios orientadores. Avalie se tais vínculos incluem, entre outros:

- I. condicionar o uso da terra à sua função social.
- II. a sustentabilidade ambiental.
- III. o acesso de qualquer pessoa nacional à terra.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

94

A respeito do *módulo rural*, analise as afirmativas a seguir:

- I. O módulo rural veio introduzido pelo art. 4º, III, do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964), correspondendo a uma medida de área em hectares e equivale à área mínima necessária ao aproveitamento econômico do imóvel rural para o sustento familiar.
- II. O módulo rural expressa a área mínima apta a ensejar a abertura de matrícula de imóvel rural, não se admitindo lançar no Registro de Imóveis área de dimensões inferiores, a fim de impedir a fragmentação dos imóveis rurais e a constituição de minifúndios.
- III. A quantidade de áreas em hectares de um módulo rural varia de Município para Município. Para estabelecer o módulo rural em cada município, a lei determina que se leve em consideração o tamanho territorial do município e a sua população.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

95

No Brasil, antes de 1850, não existia o sistema registral de terras, vigia apenas a posse de terras doadas pela Coroa por meio das sesmarias. Foi instituído o sistema registral a partir de 1850 e foi criado o instituto da Legitimação da Posse Agrária, estabelecido pela

Lei nº 601/1850, para regularizar a posse daqueles que tinham posse sesmarial ou posse em terras devolutas. Atualmente, o Estatuto da Terra e a Lei nº 6.383/76 ainda estabelecem o sistema jurídico de Legitimação de Posse Agrária, um sistema equivalente à usucapião especial, com requisitos semelhantes, mas não totalmente iguais.

Assinale a opção representa um dos requisitos para o possuidor fazer jus ao pedido de Legitimação de Posse Agrária.

- (A) Comprovar a posse mansa e pacífica do imóvel.
- (B) Ser proprietário de outro imóvel.
- (C) Residir com sua família no imóvel.
- (D) Comprovar a posse de terras públicas ou devolutas com extensão territorial até 50 hectares.
- (E) Comprovar o lapso temporal de posse não inferior a 5 (cinco) anos.

96

Na região Centro-Oeste do Brasil, durante o período de estiagem, nos meses de julho a setembro, em razão da falta de chuvas, ocorrem muitas queimadas de pastos nas fazendas que exploram a pecuária de gado. Muitos fazendeiros, para não perderem seu rebanho, usam pastos em terras de outros fazendeiros. Esse contrato geralmente é verbal, por 3 (três) meses, com a renda paga mensalmente.

Esse instrumento é considerado contrato

- (A) de Direito Civil.
- (B) de arrendamento rural.
- (C) de parceria rural.
- (D) agrário inominado.
- (E) de posse temporária.

97

No Brasil, a questão de Reforma Agrária se revelou bastante conturbada, e iniciou-se efetivamente em 1964 com a promulgação do Estatuto da Terra, que estabeleceu a desapropriação como pena, cujo dispositivo legal foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, que também estabeleceu a sanção constitucional de perda da propriedade por desapropriação por interesse social para fins da Reforma Agrária, quando a terra não está cumprindo a sua função social.

Avalie se o imóvel rural cumpre sua função social quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- I. aproveitamento racional e adequado.
- II. utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente.
- III. observância das disposições que regulam as relações de trabalho.
- IV. exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Estão corretos os requisitos

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

98

A Lei 5.709, de 7 de outubro de 1971, estabelece regras para a aquisição e arrendamento de imóvel rural por pessoa físicas e jurídicas estrangeiras.

Com relação a esse assunto, analise as afirmativas a seguir.

- I. Toda e qualquer aquisição de imóvel rural por pessoa física estrangeira residente no país, por pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no país e por pessoa jurídica brasileira da qual participem, a qualquer título, pessoa física ou jurídica estrangeira, residente ou com sede no exterior, e que detenha a maioria do seu capital social, somente poderá ser assegurada se precedida de autorização do Incra, e, em casos em que o imóvel esteja localizado em área considerada indispensável à segurança nacional, o assentimento prévio da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.
- II. Não há exceção na exigência de autorização para aquisição do imóvel por pessoa física estrangeira residente no país, por pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no país e por pessoa jurídica brasileira da qual participem, a qualquer título, pessoa física ou jurídica estrangeira, residente ou com sede no exterior, e que detenha a maioria do seu capital social. Para a aquisição e registro, a autorização deverá ser exigida, em qualquer quantidade de área adquirida.
- III. Somente as pessoas jurídicas estrangeiras e a empresa brasileira dominada por capital estrangeiro autorizadas a adquirir imóvel rural, que em seus estatutos possuem destinação eminentemente agrícola, agroindustrial ou de colonização podem adquirir imóveis rurais, para evitar os fins especulativos do uso da terra, que contraria os fins sociais da propriedade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.

99

O instituto jurídico do indigenato tem como característica essencial o fato de ser um título congênito, ou seja, ele nasce com o próprio indígena, que vive em comunidade na sua terra tradicionalmente ocupada, diferente da ocupação comum do homem branco.

Nesse sentido, de acordo com a lei, analise as afirmativas a seguir.

- I. São reconhecidos aos indígenas sua organização social, seus costumes, suas línguas, suas crenças, suas tradições, e seus direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, em caráter permanente, direitos estes de usufruto, podendo nelas caçar, pescar, colher frutos, exercer agricultura de subsistência como plantação de mandioca, milho e criação de alguns animais, conforme seus usos e costumes.
- II. As terras tradicionalmente ocupadas pelos silvícolas pertencem ou são de propriedade da União. São bens inalienáveis da União. Cabe à União demarcá-las, protegê-las e fazer respeitar todos os direitos dos indígenas.
- III. Apesar do direito de uso e de usufruto das terras atribuídos aos silvícolas, esse direito não lhes garante a exploração das riquezas do solo, dos rios e potenciais energéticos, como o uso dos mananciais, e das águas dos trechos fluviais compreendidas nas terras ocupadas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

100

Com base no Estatuto da Terra (Lei nº 4504, de 30 de novembro de 1964), analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O Estatuto da Terra previu que o prazo mínimo para realização de qualquer contrato de arrendamento rural em que ocorra a atividade de exploração de lavoura temporária e (ou) pecuária de pequeno e médio porte é de três anos; por ser disposição de ordem pública, as partes não têm a liberdade de estabelecer prazo menor.
- () O imóvel rural precisa atingir sua função social e produzir para o bem comum, por isso não só as terras privadas podem ser arrendadas, mas também as terras públicas (aquelas pertencentes à União, Estados, Municípios e Distrito Federal) que estejam abandonadas, sem ser exploradas, desde que o Poder Público realize a modalidade de licitação própria.
- () A Renda (aluguel ou preço) do arrendamento é o valor estipulado pelas partes contratantes (arrendador e arrendatário) pelo uso temporário do imóvel rural, de regra estabelecido em moeda corrente nacional, é pago anualmente e também anualmente pode ser reajustado se assim entabularam as partes.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) V, V e F.
- (C) V, F e V.
- (D) F, V e V.
- (E) V, F e F.

Realização

